

NO PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AV. DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFS.: 3713/3726/3728 — BISSAU

Hoje a noite SPORTING E FARIM NA FINAL DA TAÇA

Sporting de Bissau e Desportivo de Farim jogam esta noite a final da Taça da Guiné-Bissau, em futebol. Trata-se da primeira vez que o troféu é disputado na nossa terra livre.

Nas meias finais, efectuadas na quarta-feira à noite, em Bissau, o Sporting eliminou o Ténis Clube, e o Desportivo de Farim afastou o «Estrela Negra» de Bolama, sendo ambos os resultados de um a zero.

Dadas as características do Sporting-Farim desta noite, é de esperar uma grande enchente logo, às 21 horas, no Estádio «Lino Correia».

MONOGRAFIA DA GUINÉ-BISSAU

Vai ser editada em França uma monografia da Guiné-Bissau. Estará pronta em fins do próximo mês e no nosso país serão vendidos 10 mil exemplares.

Trata-se de uma obra encomendada pelo nosso Estado à editora francesa «Delroisse». Profusamente ilustrada com fotografias a cores, o texto é da responsabilidade do Comissariado de Informação e Turismo.

Para assinar o contrato com a editora encarregada da monografia — a primeira publicada depois da independência — parte

Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe aderem à Convenção de Lomé

BRUXELAS (AFP) — O primeiro conselho ministerial previsto pela Convenção de Lomé, que rege a cooperação entre a CEE e os 46 Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), realizou a primeira reunião, na quarta e quinta-feira passada, em Bruxelas.

O conselho deu uma opinião favorável à entrada na Convenção de seis novos países ACP: São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Nova-Guiné, Comores, Surinam e Seychelles. Os principais problemas comerciais na ordem do dia do conselho, respeitantes ao açúcar, carne bovina, bananas, rum e adubos da mancarra, foram confiados a grupos de trabalho.

No que respeita ao açúcar, o pedido dos ACP, submetidos ao conselho, incide sobre o método de negociação. Os ACP continuam descontentes com a negociação de Junho passado sobre o preço garantido pela CEE para os 1,2 milhões de toneladas de açúcar que os ACP lhe entregaram para a campanha 1976/77.

Para as bananas, os ACP sublinharam o risco de concorrência nos mercados europeus, nomeadamente para as Caraíbas e a Somália, das bananas provenientes de multinacionais latino-americanas.

Em matéria de carne bovina, os ACP queixam-se do regime precário de importação consentido pela CEE à carne originária da África Austral, do Qué-

nia e de Madagáscar (contingentes válidos apenas seis meses). Por outro lado, os ACP para o rum reivindicam um melhor acesso no mercado europeu.

Finalmente, os ACP e a CEE examinarão o problema dos adubos da mancarra exportados pela África, que não podem penetrar em alguns mercados europeus devido ao seu conteúdo de aflatoxina. Estes cinco pontos serão discutidos no Outono pelos presidentes dos dois grupos. Os embaixadores examinarão por outro lado a possibilidade de acrescentar a borracha, o cobre, a baunilha, a goma arábica, o cravinho, o peixe, a carne bovina e os fosfatos na lista dos 12 produtos tropicais que beneficiam já do mecanismo de estabilização das receitas de exportação dos ACP.

SOLIDARIEDADE COM A LUTA DO POVO SUL AFRICANO

As organizações populares de Bissau continuam a manifestar-se solidárias com a luta de libertação na África do Sul. Anteontem, na Associação Comercial, a jornalista sul-africana Stephanie Urdang deu informações sobre o seu país. Participaram cerca de 50 pessoas na conferência organizada pelo Comité Setembro. O Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros, Joseph Turpin e o Comissário dos Correios e Telecomunicações, Fernando Fortes, também condenaram o regime do «apartheid». Juntaram-se às pessoas que foram ouvir Stephanie Urdang denunciar os métodos do governo de «minorias brancas» da África do Sul. — ● (VER PÁG. 6)

Mario de Andrade falou aos estudantes de literatura africana

O escritor angolano Mário de Andrade participou anteontem, num debate sobre a literatura africana de escrita portuguesa. No lar masculino, falou com os estudantes do Curso Complementar sobre algumas características do estilo literário africano e da sua relação com a estrutura social. A palestra foi organizada pelos professores de português do Liceu Nacional Kwame N'Krumah e teve a presença do secretário-geral da Educação Nacional e Cultura, Domingos Brito.

Mário de Andrade analisou, inicialmente as linhas de orientação fundamentais para o programa de ensino da literatura e os princípios metodológicos mais utilizados. Para isso falou sobre a sua evolução histórica e das suas implicações na época contemporânea. Analisou em segui-

da, a novela do angolano Luan-dino Vieira, «A vida verdadeira de Domingos Xavier» e, comentou uma poesia de guerrilha, de um autor moçambicano, «Relatório». Chamou também atenção para a necessidade de abordar a obra política de Amílcar Cabral, no seu aspecto literário, isto é, o

estilo do fundador da nacionalidade.

Quando expôs a metodologia para o estudo da literatura africana, Mário de Andrade foi claro: «Para estudar literatura é necessário uma opção. A literatura africana tem três coordenadas para o seu estudo: espaço, tempo e formas de expressão. Devemos, portanto, delimitar o seu espaço, o seu campo e os seus limites geográficos. Todos esses factores devem estar relacionados com os valores culturais. Nós teremos várias formas de expressão, a oral e a escrita, que inclui o português e os diferentes dialectos crioulos».

— Tomada no seu conjunto a literatura africana de escrita portuguesa reflete por um lado a evolução da consciência política dos homens na sociedade global, mas por outro lado abre caminho a essa mesma consciencialização.

A XXI OLIMPIADA COMEÇA HOJE EM MONTREAL

Começa hoje em Montreal, no Canadá, a XXI Olimpíada da era moderna. Quase 10 mil desportistas de 130 países competirão até ao final do mês, perante três milhões e meio de espectadores.

Como habitualmente, grandes interesses políticos e financeiros estão por detrás dos Jogos Olímpicos. Assim, até ao último momento, os Jogos de Montreal estiveram ameaçados e foram, desde já, ensombrados por inciden-

tes de consequências ainda imprevisíveis, para o movimento olímpico mundial.

Taipé não participa nos Jogos. O governo canadiano recusou-se a permitir que os atletas da ilha desfilassem com a bandeira da «República da China». O Comité Internacional Olímpico, presidido por Lord Killany, protestou e os Estados Unidos ameaçaram também abandonar os Jogos.

Também 16 países africanos, membros do Conselho Superior Desportivo de África, exigiram a expulsão da Nova-Zelândia, que mantém relações desportivas com a racista África do Sul. Mas apenas a Tanzânia, Maurícia, Congo e Nigéria decidiram retirar os seus atletas de Montreal, mantendo-se os outros países africanos nos Jogos Olímpicos.

● (VER CENTRAIS)

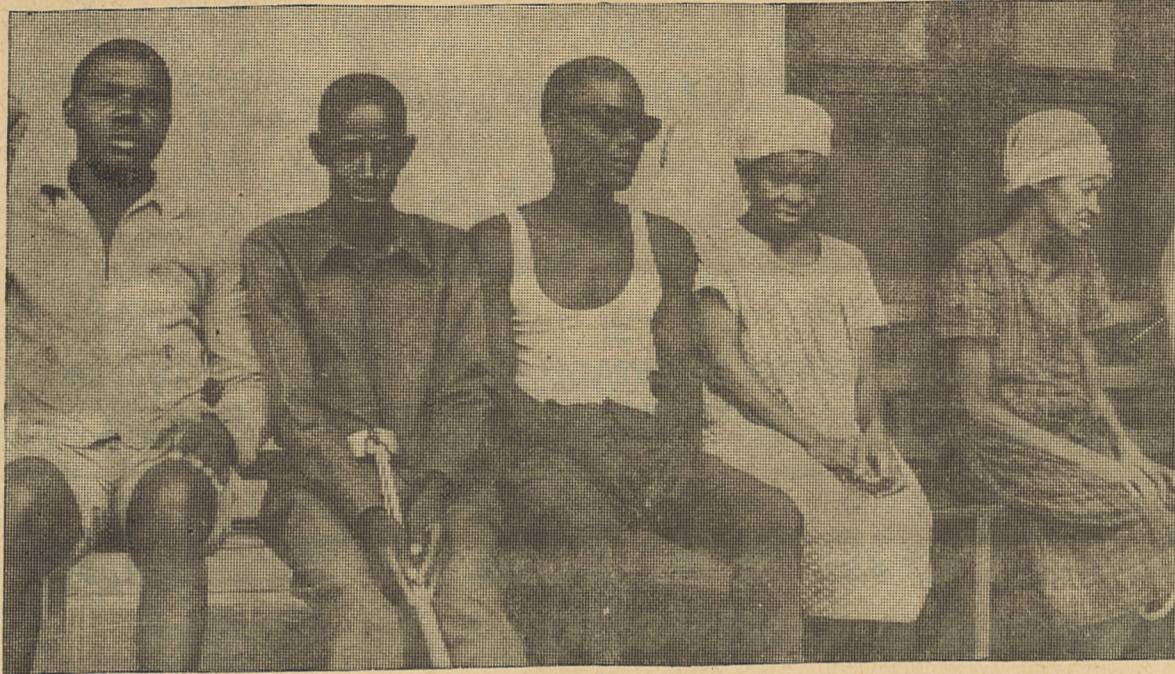


**10 mil
desportistas
de 102 países
no Canada**

Seminário na Escola-Piloto de Bolama

Seguiu na quarta-feira passada para Bolama a camarada Lilica Boal, Directora-Geral do Instituto de Amizade, acompanhada pelo Sub-Director e Inspector do estabelecimento para iniciar um seminário na Escola Piloto. As reuniões começaram anteontem e vão até 30 de Julho. Participam directores e alguns responsáveis de todos os internatos dependentes do Instituto.

A finalidade do seminário é fazer uma avaliação do ano lectivo findo, estudar e debater os problemas relacionados com o funcionamento, organização, gestão e intercâmbio inter-internatos e entre outros estabelecimentos de ensino.



Na Santa Casa só ficaram 14 internados, pessoas que não têm família.

A Santa Casa e o Albergue de Mendigos administrados pelo Comissariado de Saude

A Santa Casa de Mesericórdia e o Albergue de Mendicidade, que eram administrados pela Comissão de Assistência Pública, passaram agora para a competência do Comissariado de Estado de Saúde e Assuntos Sociais. Essa determinação foi publicada no Boletim Oficial de 26 de Junho de 76. A transferência dessas instituições para a Saúde e Assuntos Sociais foi feita porque este departamento tem melhores condições e dispõem de mais pes-

soal capaz de velar pelos inválidos.

A Santa Casa de Mesericórdia — onde há tempos funcionava o Centro Materno Infantil — tem actualmente 14 pessoas internadas: oito homens e seis mulheres. No Albergue de Mendicidade estão 18 inválidos, todos eles homens. Nas duas instituições, a idade da maioria dos internados varia entre 40 e 80 anos. Há um único jovem de 21 anos de idade.

O Albergue apresenta melho-

res condições para internamento de pessoas velhas. Além de estar afastado de circulação de veículos, possui um grande quintal que termina nos coqueiros, junto a uma bolanha, no bairro da Tchada. Esta é a razão pela qual o Lar Santa Isabel (Casa de Misericórdia) poderá transferir todos os seus bens e pessoal para o Albergue, disse a camarada Adelina Embaló, responsável do Lar. Segundo ela, a quantidade de pessoas que estavam no Albergue era muito maior. O número diminuiu com a morte de alguns. Na Casa de Mesericórdia trabalham 12 empregados, de ambos os sexos, e no Albergue de Mendicidade, seis, que se encarregam da cozinha, limpeza, lavanderia e de outros serviços.

O director das Finanças, António Teresa Melício, presidente da Comissão de Assistência Pública, explicou que as autorizações para internamento dos pobres nessas casas baseavam-se em processos organizados pelas antigas administrações e hoje dependem de comités de sectores ou de regiões. A pessoa interessada faz um pedido a essas entidades do Estado e recebe uma petição exigindo a apresentação das testemunhas. No caso de pedir para internar um candidato doente, aleijado, cego ou velho, é preciso anexar ainda um atestado médico e um documento de inquérito sócio-económico que comprova se a pessoa tem ou não bens pessoais. O presidente da Comissão explica: A verba destinada à Casa de Mesericórdia e ao Albergue provém de uma receita resultante da venda dos selos de Assistência, que serve para ajudar os pensionistas. Para administrar esta verba do selo de Assistência, havia uma Comissão dos serviços públicos constituída por cinco pessoas: o director das Finanças, o padre da freguesia, o antigo administrador do Concelho de Bissau, o auxiliar social e o chefe da secretaria. A Comissão tinha a sua sede no pré-

(Continua na pág. 6)

CONGRESSO NO BRASIL

Partiu anteontem para o Brasil, onde vai participar no Segundo Congresso Lusíada de Gastroenterologia, o camarada Venâncio Avelino Furtado, responsável da Saúde e Assuntos Sociais da Região de Tombali. O Congresso teve início no dia 11, na cidade de São Salvador, no Estado da Baía, e vai até o dia de hoje.

RESPONDE O POVO

Brigada para fiscalização de preços

O controle de preços, se existe na Guiné-Bissau, é só em teoria. Na prática, o produto que numa loja custa 20 pesos, em outra, a apenas uns metros de distância, pode custar quase o dobro. Quem sofre directamente as consequências da especulação é o povo. Portanto, ele tem opiniões a respeito disso e também pode ter sugestões para apresentar. O que pensa a população sobre a especulação dos preços? Como poderiam as autoridades ter um controle mais rígido sobre o comércio. É a favor da criação de brigadas de fiscalização,

Adelina Rosa Alves, 40 anos, empregada comercial — «Este descontrolo nos preços é muito para uma cidade assim tão pequena. Às vezes duas casas têm o mesmo artigo, uma vende a um preço e outra a outro preço, mais caro. Achar que o lucro não lhes chega é aumentar o preço. Se o Estado sempre que notasse este descontrolo nos preços aplicasse uma multa aos comerciantes talvez assim isto acabasse. Podiam fixar um preço de venda. Depois de feito tudo isto deveriam estabelecer uma brigada de fiscalização. Há uns comerciantes que vão aos armazéns do povo, compram uma mercadoria e depois vendem pelo preço que lhes apetece, sem controle nenhum. Os «nars» também

continuam fazendo a vida da população ficar cara».

Duarte Vieira, 29 anos, empregado comercial — «Acho que o Comissariado do Comércio e Artesanato devia tomar medidas sobre o controlo dos preços, criando brigadas de fiscalização. Só assim haverá controlo nos preços das mercadorias. E poderá acabar-se com a especulação da parte do próprio povo que compra uma mercadoria numa loja e depois vai vendê-la lá fora ao preço que quiser, tirando lucro de 50 por cento ou mais. Quando houver mercadorias, o comércio deveria vendê-la de modo a que cada pessoa coubesse um bocadinho. Há comerciantes que recebem mercadorias e guardam, quando

elas estão esgotadas na praça, vendem mais caro, alegando que a mercadoria é nova. Acho que estas pessoas contribuem para a exploração do nosso povo e que o próprio povo é que deveria tomar medidas denunciando os infractores que praticam esses actos».

Bacar Nanqui, 23 anos, funcionário do Comissariado de Justiça — «Em geral, acho que o nosso Estado deve tomar medidas mais convenientes para melhorar as condições de vida da população. Devido ao preço dos géneros de primeira necessidade e, por outro lado, à falta de emprego, as pessoas precisam fazer de tudo para arranjar dinheiro. Tem de haver um nível justo de preços, porque nós estamos a construir uma sociedade nova para que toda a gente possa viver justamente. Se o Governo tomar estas medidas acho que acabará com a fome e a miséria com que lutamos todos os dias para vencer».

NO PINTCHA

Trisemanário do Comissariado de Informação e Turismo

Sai às terças, quintas e sábados

Serviço Informativo das Agências; AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina.

Preço: 2,50

Redacção, Administração e Oficinas, Avenida do Brasil

TELEFONES

Redacção: 3713/3728

Administração

e Publicidade — 3726

ASSINATURAS (Via Aérea)

Guiné-Bissau e Cabo Verde

1 ano 400,00

6 meses 250,00

Outros Países Africanos,

e Portugal

1 ano 500,00

6 meses 300,00

Serviços de Distribuição e Vendas do «NO PINTCHA»

— Caixa Postal, 154

BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMÁCIAS

HOJE — Moderna — Rua 12 de Setembro, telefone 2702.

AMANHÃ — Central — Rua Vitorino Costa, telefone 2453.

SEGUNDA-FEIRA — Higiene — Rua António N'Banca, telefone 2520.

TELEFONES

Hospital Simão Mendes — 2888/2867

Bombeiros — 2222

Polícia:

Primeira Esquadra — 3333

Segunda Esquadra — 3444

Correios:

Informações — 2600

Rádiodifusão Nacional — 2430

Aeroporto — 3001/4

TAP — 3991/3

TAGB — 3004

Aeroflot — 3002

Air Argelie — 3775/7

Serviços Municipalizados:

Água e Electricidade — 2411

(das 7h às 17h)

Assistência à rede eléctrica — 2414

(das 16h às 24h)

Chegadas e partidas de navios —

2922/5

RADIO

EMISSÕES:

Das 6 às 8, das 12 às 15 e das 17 às 24 h.

NOTICIÁRIOS:

Às 7, 13h 15min., 17, 20h.

AGENDA DO DIA:

Às 18h 45min.

CINEMA

HOJE E AMANHÃ — Às 18h 30min «Os dois bandoleiros em fuga» m/18 anos e às 20h 45min «Em, presta-ma por 15 dias» m/18 anos. SEGUNDA-FEIRA — Filme a anunciar.

CABO VERDE

Pedro Pires assinou em Dakar tratado de amizade e cooperação com o Senegal

DAKAR (AFP) — O Senegal e Cabo Verde assinaram na quarta-feira um tratado de amizade e de cooperação, por intermédio de Abdou Diouf, primeiro-ministro senegalês e Pedro Pires, primeiro-ministro de Cabo Verde, consagrado ao fim da visita

MINISTRO DE ECONOMIA

Não se pode mudar tudo num ano de liberdade

O ministro das Finanças da República de Cabo Verde, Amaro da Luz, esteve em Lisboa em trânsito para Bruxelas, onde vai negociar a adesão do seu país ao acordo de Lomé.

Amaro da Luz, escusou-se a especificar qual o tipo de contactos políticos que manterá nas conversações com os membros do Governo português, durante a sua permanência no país, adiantando, apenas, que aproveitará a ocasião para fazer «o ponto da situação das relações entre os dois países».

Fazendo um breve balanço das negociações já concluídas entre Cabo Verde e Portugal, Amaro da Luz salientou o relevo das trocas comerciais entre as duas nações de língua portuguesa, afirmando que as mesmas «são favoráveis para ambas as partes».

E recordou: «Basta dizer que importamos de Portugal cerca de 60 por cento das nossas mercadorias, o que, evidentemente, não acontece com mais nenhum Estado».

«Como Portugal não tem o Estatuto de País em via de desenvolvimento no seio dos Estados industrializados da Europa — explicou o ministro — a nossa adesão, por si só, obrigará a um tratamento igual ao concedido a Portugal. Esta é a nossa ressalva, mas como Portugal, por seu lado, goza de um tratamento especial no Mercado Comum, pensamos poder superar este ponto».

O acordo de Lomé, celebrado entre países industrializados e os da África, Caraíbas e Pacífico, foi considerado por Amaro da Luz, como podendo «estabelecer uma nova relação de trocas entre países ricos e países pobres».

«Embora se já fundamentalmente um acordo comercial, consagra também algumas disposições de cooperação técnica e financeira», acrescentou.

Interrogado sobre a situação económica da República de Cabo Verde, um ano depois da independência, o ministro declarou: «Herdamos uma situação terrível e num ano não se pode mudar muito. Pretendemos avançar com segurança, analisando passo a passo os passos seguintes, com discussão alargada a todas as pessoas responsáveis. A debilidade económica de Cabo Verde não permite muitos erros, exigindo portanto a necessária segurança. A situação não é, no entanto, alarmante, pois todos os cabo-verdianos estão mesmo comprometidos no processo de reconstrução nacional. Estou crente que, como país, dentro de alguns anos, e se continuarmos a caminhar com a vontade actual, podemos vencer a batalha da reconstrução nacional».

Amaro da Luz, era aguardado no Aeroporto da Portela por funcionários dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, e pelo embaixador de Cabo Verde, em Lisboa, Corsino Fortes.

oficial de quatro dias ao Senegal do chefe de governo cabo-verdiano.

O comunicado conjunto, publicado no final desta visita, indica que os dois primeiros-ministros se felicitaram pelos resultados da primeira sessão da Comissão Mista senegalocabo-verdiana, realizada em Dakar de oito a 13 de Junho último. Esta comissão tinha tomado decisões e a forma das recomendações, visando intensificar e desenvolver as relações entre os dois países em todos os domínios.

As duas partes passaram em revista o conjunto dos sectores da cooperação entre os dois países tendo em vista determinar as modalidades de aplicação concreta das medidas já tomadas e de explorar vias novas, que permitam o reforço das relações senegalocabo-verdianas.

Reafirmaram o seu apoio aos movimentos de libertação nacional da Namíbia, Zimbábue e África do Sul, e a Moçambique pela sua decisão corajosa de aplicar as sanções ditadas pelas Nações Unidas, contra o regime rodésiano.

Ano agrícola

Realizou-se no anfiteatro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Praia, a 1.ª Conferência dos Delegados da Administração Interna sobre o tema: «Ano Agrícola de 1976/1977».

Dirigiram os trabalhos dessa 1.ª Conferência os camaradas Osvaldo Lopes da Silva, ministro da Economia, Sérgio Ateio, ministro da Agricultura e Águas, Carlos Veiga, director Nacional da Administração Interna e Cândido Santana, membro da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC e representante da Direcção Nacional do Partido, na conferência.



Amílcar Cabral

As três grandes forças anti-imperialistas

«Então o que é que há na nossa terra? O que é que há na África, o que é que há nos países da Ásia, que não se desenvolveram tanto como o Japão? O que é que está no Vietname, nos países da América Latina? Quem é? A dominação imperialista. Quer dizer, a quebra da independência dos povos, dominação de Estados estrangeiros, economia orientada consoante os interesses dos estrangeiros, exploração da sociedade dos filhos da terra, e imposição duma cultura diferente da cultura própria da terra, para orientar os homens no sentido de servirem cada vez mais, o estrangeiro. Esta é que é a dominação imperialista, camaradas.

A conclusão é a seguinte: nós podemos dizer que, na nossa terra, lutamos contra o imperialismo. É verdade, mas nós lutamos de facto contra a dominação imperialista, queremos pôr a dominação imperialista fora. Mesmo que a nossa terra seja independente, que a África seja independente, toda a África, o imperialismo ainda pode continuar na Europa. Se o capital monopolista do Estado ou sem ser do Estado, continuar com a sua força na Europa, o imperialismo continua lá, e qualquer dia, pode voltar, agressivo sempre: agressão política, agressão militar, agressão cultural, agressão social, tudo. Portanto, se corremos com a dominação colonial e imperialista da nossa terra, não vamos pensar que matámos o imperialismo.

Para matarmos o imperialismo, é preciso que três forças se juntem, fundamentalmente. Primeiro, o maior inimigo do imperialismo, que é o Estado socialista. Esta é a importância grande, da criação do primeiro Estado socialista no mundo, pela grande revolução de Outubro. Porque aí, foi cortado o caminho do imperialismo, duma vez para sempre. Lá, o imperialismo já não pode avançar mais, e eles, para viverem, é preciso que o imperialismo acabe, se não o imperialismo acaba com eles. Ele é o maior inimigo do imperialismo e o imperialismo é o seu maior inimigo. O Estado Socialista.

Outra força importante é, dentro dos países imperialistas mesmo, dentro dos países capitalistas em geral, a força dos trabalhadores, da gente que ganha a vida, vendendo, cada dia, a sua força de trabalho. O movimento operário de cada país. Ele, é o inimigo do imperialismo, porque ele quer acabar com o capitalismo. Mas, mesmo nos países imperialistas, para acabar com o capitalismo, é preciso lutar contra o imperialismo, que é hoje a força dominante do capitalismo nos principais países capitalistas.

A terceira força está fora dos países capitalistas, à roda dos países capitalistas, nas áreas dominadas pelos países capitalistas, imperialistas, na periferia do mundo imperialista, como se diz. A terceira força é o movimento de libertação nacional. Gente que se levanta na sua terra, para correr com a dominação imperialista, ajudando assim, tanto os socialistas como o movimento operário mundial, a acabar com o imperialismo lá onde ele existe.

Esta é a perspectiva que há da luta anti-imperialista. Por isso mesmo é que é fundamental a aliança, a unidade, a ligação profunda, entre todos os estados socialistas, por um lado, entre todos os movimentos de operários no mundo, por outro lado, entre todos os movimentos de libertação, por outro lado. E depois, a aliança destas três forças, que são as verdadeiras forças anti-imperialistas no mundo de hoje.

O imperialismo sabe isso, e o seu trabalho é destruir isso, seja com guerras, seja com manobras políticas de todas as maneiras, seja sabotando tudo, para que estas três forças não avancem unidas. Mas parece-me que, chegados aqui, na nossa conversa de hoje, mostrei-vos já o que é o imperialismo e a diferença entre imperialismo e dominação imperialista».

«Voz di Povo»: Em cada momento devemos usar um método de trabalho

O jornal «Voz Di Povo» num dos seus últimos números publicou um artigo intitulado «Em cada momento um método adequado de trabalho», o qual transcrevemos, com a devida vénia:

«Se é verdade que os princípios que orientam a nossa vida e o nosso trabalho no Programa do PAIGC, para cada momento devemos usar um método adequado; quer dizer para cada momento temos que ver qual é a melhor forma de trabalhar para podermos avançar, para ultrapassarmos esse momento. O problema da procura de um método melhor de trabalho para cada etapa da nossa luta é tanto mais necessário quanto mais pobre for um país. Na verdade, uma terra como Cabo Verde, que saiu du-

ma situação de dominação colonial das mais duras, sem meios para garantir aquele mínimo para a sua população, com miséria a todos os níveis, uma terra que herda uma economia sem condições para produzir, um cofre sem dinheiro, tem que usar os poucos meios que consegue arranjar, da melhor maneira e da maneira mais produtiva possível.

Todo o revolucionário deve ter sempre presente um princípio: toda a actividade política, revolucionária, tem como objectivo a transformação duma realidade concreta, injusta para uma outra realidade mais justa e mais de acordo com as exigências do «ser humano».

Já no século passado, um grande revolucionário alemão tinha dito

que pensamentos, teorias, conversas, só têm importância se ligados à actividade para a transformação da realidade, se forem a «praxis revolucionária». Assim, fazer política revolucionária é dedicar-se à prática da transformação da realidade. Todo o método de trabalho deve levar em conta este aspecto fundamental. Para cada objectivo prático que fixarmos para transformar, devemos utilizar um método prático de trabalho. Um militante nunca deve esquecer que transformar a realidade dum país é uma tarefa grande e difícil, e que por isso, exige muita gente, e não duma só pessoa, ou apenas desta e dos seus camaradas do Partido.

Países africanos pedem a expulsão da Nova Zelândia

ATENAS (AFP) — A chama olímpica acendida no templo de Hera, em Olímpia (Peloponésia) foi transmitida na quinta-feira, por satélite, para Ottawa.

Perante cerca de 30 mil espectadores, entre os quais o Presidente da República, Constantin Tsatsos, e o primeiro-ministro, Constantin Caramanlis, o último portador da tocha, percorreu 514 quilómetros de Olímpia a Atenas e transpôs a entrada do enorme estádio de Marbre de Atenas, às 21 h. 36 min. locais (18 h. 36 min. TMG).

Em Olímpia, a chama tinha sido acesa por um jogo de espelhos com o sol na terça-feira passada. Passando de portador em portador em cada quilómetro, a chama «sagrada» tinha sido velada por atletas na quarta-feira à noite em Nauplie, primeira capital da Grécia independente. Mais cedo nessa manhã, o exercício retomou o seu ritmo.

O último portador da tocha, o atleta grego Kostis, acendeu uma urna colocada sobre o altar olímpico, enquanto tocavam o hino olímpico, e os nacionais canadiano e grego, e elevavam-se em direcção ao céu, bandeiras olímpicas canadiana e grega.

Depois, Marcel Sablonier, presidente do Comité Organizador dos Jogos Olímpicos recebeu a chama e uma atleta canadiana, de origem grega, colocou-a no dispositivo electrónico que deveria assegurar a transmissão por satélite.

«Que a chama nos dê, da profundidade de 26 séculos uma mensagem da nossa rivalidade, de humanidade e de paz» declarou numa mensagem ao mundo, o Presidente da República, Tsatsos. «Possa esta chama estender-se e aluminar todos os seres humanos e toda a vida do Universo».

A chama levou um segundo a percorrer a distância Atenas-Ottawa, graças a um dis-

positivo electrónico de raio Laser.

O raio Laser reconstituiu uma chama na taça situada frente ao Parlamento canadiano, em Ottawa. A chama olímpica foi levada por corredores até ao Estádio Olímpico de Montreal, onde chegou ontem.

Foi perante vários milhares de pessoas, reunidas frente ao Parlamento canadiano e sob um belo sol, que se desenrolou a cerimónia do acender da chama olímpica. Estavam presentes Pierre Elcott Trudeau, primeiro-ministro do Canadá e todo o corpo diplomático e Roger Rousseau, presidente do comité organizador dos Jogos Olímpicos.

A chama olímpica, que tinha percorrido electrónicamente por satélite o trajecto Atenas-Ottawa, foi acesa na taça situada frente à colina parlamentar.

A chama foi dada, em seguida, pelo primeiro-ministro a um estudante jovem que, por sua vez, deu partida aos doze corredores encarregados de a levar até ao Estádio de Montreal.

198 medalhas de ouro

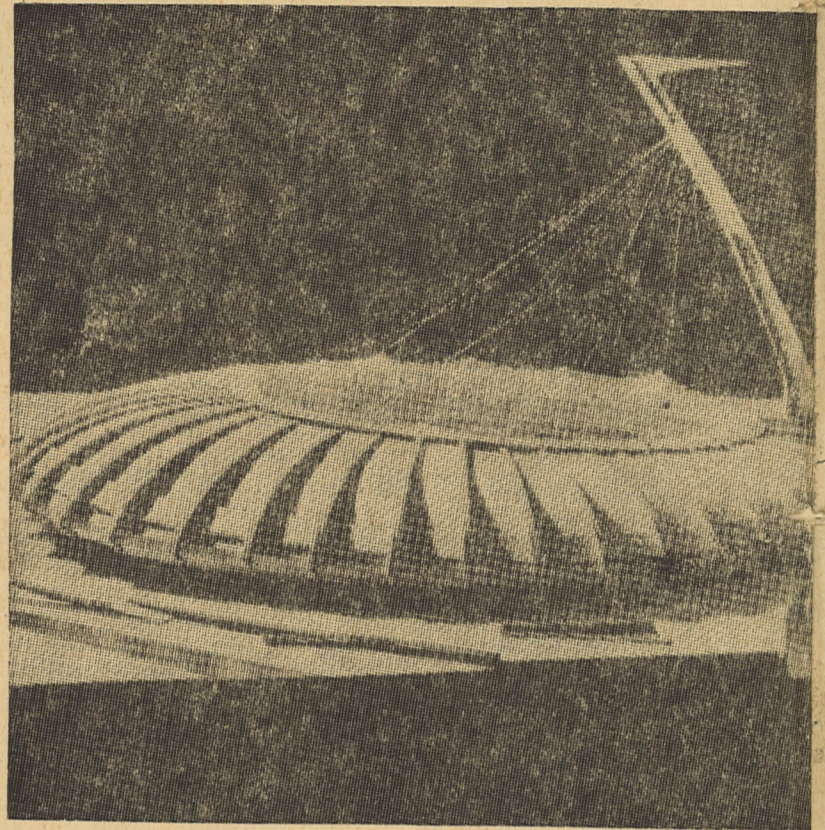
A cerimónia de abertura dos XXI Jogos Olímpicos de Verão terá início em Montreal (Canadá), hoje, sábado, pelas 15 horas locais.

Deverão estar presentes cerca de 10 mil desportistas, representantes de um número recorde de países: 132. Durante a cerimónia de encerramento, que se realizará no primeiro dia de Agosto, a responsabilidade da organização destes Jogos passará para Moscovo, capital da XXII Olimpíada de Verão.

198 medalhas de ouro em 23 especialidades serão disputadas no decorrer dos 16 dias de competições.



O grande estádio olímpico, concebido por Roger Taillibert, arquitecto do estádio do «Parc des Princes», em Paris. 70 mil espectadores.



A XXI Olimpíada começa hoje em

● 10 mil desportistas de 132 países no

Os Jogos Olímpicos desenrolar-se-ão em Montreal a partir de hoje até um de Agosto. A cidade deverá acolher perto de dez mil atletas de 132 países, seis mil jornalistas e alguns três milhões e meio de espectadores vindos de todas as partes do mundo. Um bilião de telespectadores, seguirão as competições no pequeno écran. No programa, 21 modalidades olímpicas: atletismo, remo, basquete, boxe, canoagem, ciclismo, esgrima, futebol, ginástica, halterofilismo, handebol, hóquei em campo, judo, luta, natação, pentalto moderno, equitação, tiro, tiro ao arco, voleibol e vela.

Quase todas as competições se desenrolarão em Montreal ou nos arredores imediatos. O concurso completo de equitação realizar-se-á no Centro equestre de Bromont, a 85 quilómetros da cidade, e as provas de vela em Kingston (Ontário), no lago Ontário.

AS ORIGENS

Os Jogos Olímpicos foram celebrados oficialmente pela primeira vez em 776 antes de Cristo em Olímpia, na Grécia. Os concorrentes prestavam juramento de respeitar o regulamento e os vencedores recebiam uma coroa de ramos de oliveira entrelaçados. Os Jogos tinham com efeito uma vocação de paz: todas as hostilidades eram suspensas durante o «mês sagrado», e dos Jogos, celebrados na lua nova do solstício de Verão. Eles foram o lugar de encontro de todo o mundo grego durante mais de mil anos.

A era olímpica moderna começou em 1896, com os Jogos de Atenas, sob a impulsão de Pierre de Coubertin, idealista amigo dos desportos e ardente pacifista. Os Jogos Olímpicos, retomaram a antiga tradição, desenrolaram-se, então, de quatro em quatro anos, com três excepções (1936, 1940, 1944), por causa da guerra que nunca parou nessas ocasiões, como na Grécia. Os Jogos de Montreal são oficialmente os 21.º.

O regulamento do movimento olímpico é assegurado pelo Comité Internacional Olímpico, organismo permanente criado por Pierre de Coubertin no momento da retomada dos Jogos. É composto de 74 membros representando 60 países. O Comité Internacional, cuja sede é em Lausana, confia a organização dos jogos ao Comité nacional do país em que eles devem realizar-se. O comité canadiano delegou, para a organização dos Jogos de 1976, o mandato que lhe foi confiado pelo Comité Internacional a um comité de organização, o Cojo (Comité de Organização dos Jogos Olímpicos).

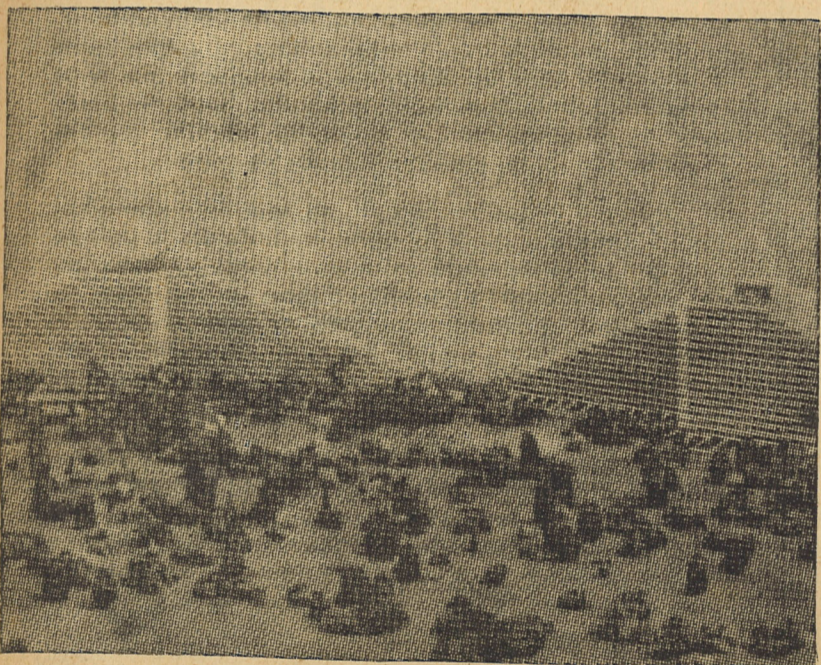
CUSTO E FINANCIAMENTO

Os recursos do Cojo são constituídos principalmente pelo produto da loteria olímpica, da venda de moedas e de selos olímpicos, das entradas nas manifestações desportivas, da venda dos direitos de reprodução, da radio-difusão e televisão, e da cedência de licenças e de concessões.

Esperava-se, ainda em 1973, poder assegurar o autofinanciamento dos 21.º Jogos e é para ajudar este autofinanciamento que o Parlamento canadiano votou em 27 de Julho deste ano, uma lei autorizando aos ministros dos Correios a comercialização de dois milhões de séries de 28 peças de moeda (sete sé-

ries de quatro peças) especialmente cunhadas para comemorar os Jogos de Montreal, e a emitir selos olímpicos comemorativos destinados aos filatelistas assim como selos com sobretaxa, ditos «selos-Jogos». O benefício retirado da venda de peças reverte para o Cojo assim como a receita proveniente dos selos especiais postos à venda com intensão dos coleccionadores. Para os selos com sobretaxa, a receita inteira reverte para o Cojo se eles são vendidos pelo serviço filatélico dos correios, o Cojo recebendo o montante da sobretaxa se estes selos forem vendidos num postigo ordinário. O Parlamento federal autorizou também a criação de uma loteria olímpica nas províncias que deram a sua aprovação.

Para alimentar os cofres do Cojo, que apresentavam já um importante déficit no início do ano passado, o governo federal decidiu, em Junho de 1975, autorizar a circulação de peças de moeda de ouro no valor de 100 dólares e peças de prata no valor de 20 dólares. Por outro lado, ele tomou a seu cargo, por intermédio da Sociedade central de hipotecas e de alojamento, 90 por cento do financiamento da aldeia olímpica, concebida para albergar os atletas. Contudo, o déficit tomou proporções alarmantes. Os 21.º Jogos custam com efeito muito caro: 1,035 biliões de dólares canadianos quando as estimativas iniciais eram de 310 milhões de dólares, ou seja 3,3 vezes mais que o previsto. Como os Jogos de 1972, em Munique, que se tornaram finalmente três vezes mais caros que se tinha pretendido. Ora, o financiamento dos Jogos



A aldeia olímpica

ESCRITURA (Cópia fiel)

de Transformação Por Quotas de Responsabilidade Limitada Joaquim Escada & Companhia Limitada

Outorgantes: Manuel Pinto Escada, Amândio Pinto Escada, Manuel Francisco, Maria do Céu Pinto Escada Fernandes

NOTARIADO DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU

Séde: Rua número quatro com o portão de acesso número seis desta cidade de Bissau.

Notário: licenciado Doutor Armando António Pereira:

CERTIDÃO

CERTIFICO que no livro número oitenta e nove de «Actos e Contratos Entre Vivos», lavrados no Cartório Notarial, de folhas quarenta e seis a sessenta verso, sob o número vinte e um, se encontra exarada uma escritura de teor seguinte:

Transformação da Sociedade de comercial, em nome colectivo Joaquim Escada & Companhia em Sociedade por quotas de Responsabilidade Limitada Joaquim Escada & Companhia Limitada:

No dia treze de Maio de mil novecentos setenta e seis, nesta cidade de Bissau e único Cartório Notarial do Estado da Guiné-Bissau situado na Rua número quatro com o portão de Acesso número seis, perante mim Doutor Armando António Pereira, licenciado, e Notário Interino do mesmo Cartório, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO: — Manuel Pinto Escada, natural da freguesia de Pega do Concelho da Guarda, casado com D. Maria Salette de Oliveira Filipe Escada, sob o regime de comunhão de bens, neste acto legalmente representados pelo bastante procurador, Amândio Pinto Escada, casado, natural da dita freguesia de Pega e residente nesta cidade de Bissau, portador de cartão de Identidade de cidadão Estrangeiro 01192/76 de 30 de Janeiro de 1976, emitido pela Polícia de Segurança, Nacional e de Ordem Pública, de acordo com a procuração outorgada em vinte e cinco de Março de mil novecentos setenta e cinco, no Primeiro Cartório Notarial de Lisboa à qual ficará arquivada no maço de Documentos referentes a este Livro sob o número vinte.

SEGUNDO: — Amândio Pinto Escada, casado, natural de Pega do Concelho de Guarda Portugal, portador de Bilhete de Identidade de cidadão Estrangeiro acima referido e residente em Bissau.

TERCEIRO: — Manuel Francisco, natural de Portela Foge Portugal casado com D. Hileta dos Anjos Pinto Escada, sob o regime de comunhão de bens e residente na Rua Pero Alenquer, número onze em Lisboa neste acto legalmente representado pelo bastante procurador e seu irmão Joaquim Francisco, casado, natural da dita freguesia de Portela Foge residente em Bissau, de acordo com a procuração outorgada em nove de Março de mil novecentos setenta e três no primeiro Cartório Notarial de Lisboa, a qual ficará arquivada no maço de Documentos referentes a este Livro sob o número vinte e um.

QUARTA: — D. Maria do Céu Pinto Escada Fernandes, viúva, natural da freguesia de Pega, concelho de Guarda, residente na Rua Pero de Alenquer, número onze em Lisboa Portugal, representada neste acto pelo bastante procurador José Augusto Tomé, casado, natural da freguesia de Portela de Foje-Pampilhosa da Serra-Portugal e residente nesta cidade de Bissau, sendo portador de cartão de Identidade de cidadão Estrangeiro número 871/76 de 30 de Janeiro de 1976, emitido pela Polícia de Segurança Nacional e da Ordem Pública, de acordo com a procuração outorgada em doze de Março de mil novecentos setenta e seis no primeiro Cartório Notarial de Lisboa, a qual arquivo no maço de Documentos que referentes a este Livro sob o número vinte e dois.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus cartões de cidadão Estrangeiros a qualidade em que intervêm e suficiência dos seus poderes para este acto pelas procurações atrás referidas.

E pelos outorgantes foi dito:

Que são únicos sócios da sociedade em nome colectivo denominada Joaquim Escada & Companhia, com a sede nesta cidade de Bissau, a qual se reje pelo pacto Social constante da Escritura lavrada em dezasete de Janeiro de mil novecentos cinquenta e nove, a folhas cinquenta verso a cinquenta e nove do livro número quarenta e três deste Cartório.

Que o capital social desta Sociedade é de seiscentos mil escudos inteiramente realizado.

Que resolveram transformar a referida sociedade

«Joaquim Escada & Companhia, em Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, e assim, pela presente escritura vêm proceder a essa transformação, passando a mesma Sociedade a ser regida pelo disposto nos artigos seguintes:

Capítulo Primeiro: Denominação, sede e duração.

Artigo Primeiro

Número um

É constituída a sociedade comercial sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que terá a denominação de «Joaquim Escada & Companhia, Limitada».

Número dois

A sua sede e principal estabelecimento situam-se na cidade de Bissau, na Rua Justino Lopes, número vinte e oito traço B

Número três

A Sociedade tem uma filial em Cantchungo, Bula e Caió e poderá quando julgar conveniente transferir a sua sede, criar agências, delegações, filiais onde e quando entender por conveniente, procedente deliberação da Assembleia Geral extraordinária à convocação.

Artigo segundo:

A duração da sociedade é por tempo indeterminado e contar-se-á, para todos os efeitos, a partir da data da presente escritura da sua constituição.

Capítulo segundo:

Objecto social

Artigo terceiro

A sociedade tem por objectivo o exercício de comércio geral, podendo ainda exercer quaisquer outras actividades que se mostram convenientes á prossensão de objectivo principal, nomeadamente a administração comercial.

Capítulo terceiro

Capital social

Artigo quarto

O capital social é de seiscentos mil pesos, e acha-se integralmente realizado, em dinheiro e nos diversos bens e valores constantes da escritura-social, e corresponde à soma de quatro quotas iguais de cento e cinquenta mil pesos, pertencente aos sócios Manuel Pinto Escada, Amândio Pinto Escada, Manuel Francisco e Maria do Céu Pinto Escada, à razão de uma quota por cada sócio.

Número dois

Nos aumentos de capital a realizar, os sócios gozam de direito de preferência na proporção das respectivas quotas sociais, devendo a Assembleia Geral fixar as condições da subscrição.

Número três

No caso de qualquer sócio não querer subscrever o aumento do capital, a parte que lhe corresponderá será rateada entre outros sócios na proporção das suas quotas.

Artigo Quinto

Número um

Serão exigíveis prestações suplementares de capital, nos termos do artigo décimo sétimo e seguinte da lei de onze de Abril de mil novecentos e um, desde que todos os sócios se deliberem por unanimidade.

Número dois

Os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade, nos termos que forem estipulados em Assembleia Geral.

Capítulo quarto

Da cessão e amortização de quotas

Artigo sexto

Número um

A Sessão total ou parcial, de quotas entretanto quando se dê entre sócios, é inteiramente livre a mencionada cessão.

Número dois

O sócio que pretende ceder a sua quota a estranhos à sociedade comunicá-lo-á a esta, por carta registada expedida com o aviso da recepção, na qual indicará o nome e identidade de pretensão cessionário e possíveis elementos resoluveis na projectada negociação.

Número três

A gerência da sociedade convocará imediatamente uma Assembleia Geral extraordinária que deliberará acerca da autorização para a cessão a fazer, no caso de ser autorizada a cessão, a sociedade, em primeiro lugar, e os restantes sócios individualmente, em segundo lugar, terão o direito de preferência na quota a alienar.

Número quarto

Se mais de um sócio exercer o seu direito de preferência, depois da sociedade a ele renunciar, a quota alienar será dividida entre aqueles na proporção do valor das quotas de que então foram titulares.

Número cinco

O exercício de direito de preferência, quer pela sociedade, quer pelos sócios, determinará o pagamento ao cedente de um preço cujo montante e condições se estabelecem nos números três e quatro do artigo oitavo.

Número seis

Se o cedente não receber qualquer resposta no prazo de vinte dias contados da data de recebimento da sua carta, poderá a quota a alienar ser livremente cedida, desde que fôr respeitado o condicionalismo constante da comunicação referida no número dois deste artigo.

Número sete

A escritura da cessão, para a sociedade ou para os sócios preferentes, celebrar-se-á neste Cartório Notarial, à escolha do cessionário, no prazo de trinta dias, contados da data da realização da Assembleia Geral referida no número três deste artigo, se o cedente estiver presente na Assembleia Geral o cessionário indicará logo o Notário, se não estiver presente, o cessionário comunicá-lo-á por carta à Sociedade acompanhada de cópia da acta.

Número oito

Os sócios que desejarem exercer o direito de preferência terão de o comunicar na própria Assembleia Geral a que se refere o número três deste artigo.

Artigo sétimo

Número um

Nenhuma quota poderá, total ou parcialmente, ser objecto de penhor ou de qualquer outra modalidade de garantia de obrigação, sem prévia autorização da Sociedade, dada em Assembleia Geral.

Número dois

O sócio que pretende dar de penhor ou de qualquer modo caucionar obrigações com a sua quota na Sociedade deverá comunicá-lo por escrito à Sociedade, aplicando-se ao caso, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido nos números dois, três e seis do artigo anterior.

Número três

É vedado serem os sócios desta Sociedade, sócios doutra sociedade comercial estranha, sem prévia autorização da Assembleia Geral.

Artigo oitavo

Número um

A amortização, total ou parcial, da quota dar-se-á nos seguintes casos.

a) — Quando a sociedade e o respectivo sócio estejam de acordo;

b) — Quando o sócio deixe de cumprir qualquer das obrigações que lhe são impostas nos artigos sexto e sétimo, nomeadamente no que respeita às comunicações ali previstas e ao dever de ceder consignado no número sétimo daquele artigo;

c) — Quando, em qualquer processo judicial, a quota de um sócio seja objecto de arresto, penhora ou qualquer outro procedimento de que possa resultar a sua alienação judicial;

d) — Quando o sócio se tiver apresentado à falência ou à insolência ou seja declarado falido ou insolvente;

e) — Quando, sendo o sócio uma sociedade esta se dissolver.

Número dois

O preço de amortização será no caso de alínea a) do número anterior, o que fôr acordo entre a sociedade e o sócio; e no caso de alínea b) será o valor nominal da quota excepto se para ela resultar valor

(Continua na página seguinte)

PUBLICIDADE

inferior, em face do último balanço aprovado.

Número três

É vedado serem os sócios desta Sociedade sócios, digo, O preço da amortização será, nos casos previstos nas alíneas C) a E) do número um, o que para a quota amortizando proporcionalmente resultar do valor atribuído, na última Assembleia Geral ordinária, ao activo líquido da sociedade, se nenhum valor tiver sido atribuído, ou enquanto não fôr, o preço da amortização corresponderá ao valor nominal da quota amortizada, acrescida da parte proporcional nas reservas efectivamente acumuladas e constantes do último balanço.

Número quatro

O preço da amortização poderá ser pago pela sociedade em seis prestações semestrais e iguais, que vencerão juros à taxa anual de oito por cento.

Capítulo quinto

Da Assembleia Geral

Artigo nono

A Assembleia Geral compete, sem prejuízo do estabelecido na lei, a prática dos seguintes actos:

A) A alteração dos Estatutos da Sociedade;

B) A nomeação e exoneração dos gerentes;

C) A aprovação do relatório de gerência, do balanço e conta de ganhos e perdas e da proposta de aplicação dos lucros apurados;

D) A designação da entidade ou entidades quem competirá constituir mandatos;

E) A deliberação sobre todos os assuntos que por lei e pelos Estatutos, sejam da sua competência ou que sejam submetidos à sua aprovação pelos gerentes.

Artigo décimo

Número um

Haverá uma reunião ordinária da Assembleia Geral todos os anos, em data não posterior a trinta de Março, para analisar o relatório da gerência, discutir, aprovar ou modificar o balanço e a conta de ganhos e perdas, bem como deliberar sobre o destino a dar aos lucros, havendo-os, e apreciar e discutir as matérias que venham a ser incluídas na respectiva ordem do dia.

Número dois

A Assembleia Geral reúne-se extraordinariamente sempre que convocada por um ou mais sócios ou gerentes, com expressa indicação dos assuntos a tratar.

Número três

A convocação das Assembleias Gerais será feita por cartas registadas, com aviso de recepção, dirigida a todos os sócios e expedida com antecedência mínima de trinta dias relativamente à data da sua realização, acompanhadas da respectiva ordem do dia, excepto nos em que a lei exija forma e prazos diversos.

Artigo décimo primeiro

Número um

Qualquer sócio poderá fazer-se representar por outro em reunião da Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, mediante simples carta dirigida à Gerência.

Número dois

Os sócios que sejam sociedades far-se-ão representar por um gerente, administrador ou director que para o efeito, designarem.

Artigo décimo segundo

As reuniões da Assembleia serão presididas e secretariadas pelos sócios que para o efeito, sejam previamente eleitos em cada reunião.

Artigo décimo terceiro

Das deliberações e acordos dos sócios será lavrada acta nos termos da lei, a qual será assinada pelo Presidente e Secretário, ficando deste modo obrigados todos os sócios.

Capítulo sexto

Da gerência e representação Social

Artigo décimo quarto

A gerência da sociedade será exercida por todos os sócios, os quais ficam desde já nomeados gerentes, podendo a Assembleia Geral eleger gerentes pessoas estranhas à sociedade.

A eles competirá a representação da Sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente.

Número dois

Os gerentes são dispensados de caução e serão ou não remunerados conforme fôr deliberado em Assembleia Geral e manter-se-ão em exercício até à eleição dos seus sucessores.

Número três

Os gerentes poderão ser livremente exonerados pela Assembleia Geral e a sua exoneração determinará imediatamente a cessação dos poderes dos mandatários por eles constituídos.

Número quatro

Nenhum gerente poderá praticar em nome da Sociedade quaisquer actos estranhos ao seu objecto, ou que violem a lei, os estatutos ou as deliberações da Assembleia Geral.

Artigo décimo quinto

Dentro dos limites decorrentes da lei e dos presentes estatutos da lei e dos presentes estatutos, os gerentes têm os mais amplos poderes para promover e dirigir os negócios sociais e administrar o património da Sociedade, praticando quaisquer actos e celebrando, alterando ou rescindindo quaisquer contratos ou outros negócios jurídicos, sejam quais forem as cláusulas, nomeadamente:

A) Adquirir, alienar ou onerar quaisquer bens, móveis ou imóveis;

B) Adquirir e alienar partes sociais da própria Sociedade;

C) Contrair empréstimos;

D) Designar um gerente-delegado fixando a actividade que poderá, isoladamente, exercer ao abrigo do número três deste artigo;

E) Constituir mandatários para quaisquer fins, nomeadamente os do artigo duzentos cinquenta e seis do Código Comercial.

Número dois

As deliberações que tenham por objecto os actos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior, desde que se traduzam em dispêndio ou encargo superior ao valor equivalente a dois terços do capital e reservas da Sociedade, revelados pelo último balanço aprovado, terão de ser tomadas por voto unânime de todos os gerentes.

Número três

O gerente delegado, quando tenha de ser designado, será escolhido de entre os sócios da Sociedade por períodos de dois anos, podendo ser reeleito uma e mais vezes ser destituído das funções quando fôr entendido por conveniente pela maioria simples dos sócios-gerentes reunidos para efeito, os quais poderão nele desegar parte ou a totalidade dos seus poderes.

Número quatro

De todas as reuniões dos sócios-gerentes será lavrada acta, em livro próprio, na qual ficarão consignadas as deliberações tomadas.

Artigo décimo sexto

Cada gerente poderá instituir um procurador, delegado nele todos ou parte dos seus poderes, o procurador pode ser sócio ou pessoa estranha à Sociedade.

Artigo décimo sétimo

A Sociedade obrigar-se-á validamente, em todos os actos que não dependem da prévia deliberação dos sócios-gerentes:

A) Pela assinatura, com a firma social, de um dos gerentes;

B) Ou pela assinatura, com a firma social, do gerente delegado, relativamente à prática de todas as categorias de actos e contratos que os sócios-gerentes em reunião nele deliberem delegar, ao abrigo do disposto no número três do artigo quinze;

C) Ou só pela assinatura do mandatário, constituído ao abrigo do disposto na alínea E) do número um do artigo quinze, relativamente aos poderes que, através de procuração em forma lhe tenha sido conferidos.

Número dois

Os actos de mero expediente, não implicando qualquer obrigação para a Sociedade, poderão ser praticados por qualquer gerente ou por mandatário com poderes para o efeito.

Artigo décimo oitavo

A Sociedade em caso algum poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor, avales e outros de interesse, e responsabilidade de pessoas estranhas à Sociedade e seus sócios.

Capítulo sétimo

Da fiscalização da Sociedade

Artigo décimo nono

A fiscalização da sociedade será exercida por todos os sócios, individualmente ou colectivamente, podendo cada um deles, por si ou agrupado com outros sócios, fazer-se acompanhar de perito contabilístico da sua confiança.

Artigo vigésimo

As respectivas atribuições, competência e responsabilidades são as consignadas na lei.

Capítulo sétimo

Dos lucros, reservas e dividendos.

Artigo vigésimo primeiro

O balanço e a conta de resultados fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e serão submetidos a apreciação da Assembleia Geral ordinária no prazo de noventa dias subsequentes àquela data.

Artigo vigésimo segundo

Número um

Dos lucros líquidos apurados anualmente, uma parte

será destinada ao fundo de reserva legal e a parte restante distribuída pelos sócios, na proporção das suas quotas, salvo deliberação em contrário tomada em Assembleia Geral por unanimidade de votos.

Número dois

A Assembleia Geral poderá criar fundos de reserva especial, mediante proposta fundamentada de qualquer gerente da sociedade.

Artigo vigésimo terceiro

Os lucros que eventualmente fôr deliberado atribuir aos sócios deverão ser pagos no prazo de noventa dias após a aprovação do relatório e contas de resultados pela Assembleia Geral.

Capítulo nono

Da dissolução e liquidação

Artigo vigésimo quarto

A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos estabelecidos na lei.

Número dois

Deliberada a dissolução da Sociedade, terá lugar a liquidação e partilha dos seus valores, em termos que forem deliberados pela Assembleia Geral.

Número três

Os gerentes, salvo deliberação em contrário, serão nomeados liquidatários, competindo-lhes propor à Assembleia Geral o prazo em que deverá terminar a liquidação.

Capítulo décimo

Disposições finais

Artigo vigésimo quinto

Os anos sociais serão os anos civis e os balanços serão dados com referência a trinta e um de Dezembro.

Artigo vigésimo sexto

Número um

Para a resolução de dúvidas e desinteligências que possam vir a verificar-se entre os sócios, seus herdeiros ou representantes ou entre um ou mais sócios e herdeiros, ou entre qualquer dos indicados sujeitos e a Sociedade, bem como qualquer litígio emergente da interpretação ou aplicação do pacto social ou da deliberação da Assembleia Geral, na duração, como na liquidação da sociedade, proceder-se-á à arbitragem particular para uma tentativa de conciliação antes de recurso aos tribunais.

Número dois

A arbitragem será levada a cabo por três árbitros, sendo um indicado por cada parte interessada e o presidente por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo vigésimo sétimo

Para todas as questões emergentes deste estatuto, que entre sócios e seus herdeiros, que entre estes e a Sociedade ou entre esta e seus gerentes, com expressa renúncia a qualquer outro foro, fica convencionado o foro do Tribunal Judicial da República da Guiné-Bissau.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruir o presente acto uma certidão passada em vinte e três de Março último pela Conservatória do Registo Predial e Comercial deste Estado, donde consta não existiu nenhuma outra Sociedade com a denominação Joaquim Escada & Companhia a qual arquivo no maço de Documentos referentes a este livro sob o número vinte e três.

Esta escritura foi autorizada por despacho de vinte e quatro de Julho do ano findo do Camarada Comissário da Justiça. Foi feita por minuta e vai ser lida na presença simultânea de todos e explicado o seu conteúdo e efeitos.

Por procuração, assinado, Amândio Pinto Escada. (Assinado) Amândio Pinto Escada.

P. P. (Assinado) Joaquim Francisco.

Por procuração, assinado, José Augusto Tomé.

O Notário, assinado, Armando António Pereira.

Contém um carimbo a tinta de óleo, com dizeres seguintes: — Artigo sexto — oitenta e cinco pesos; Artigo sétimo a) — dois mil duzentos e cinquenta pesos; Artigo sétimo B) — duzentos e cinquenta pesos; Artigo vinte e nove — duzentos e noventa pesos. — Soma — dois mil oitocentos setenta e cinco pesos; Artigo sexto — quinhentos pesos; Artigo trinta e dois — trezentos sessenta e três pesos; Selo acto — dois mil quatrocentos vinte e cinco pesos; Selos assistência — cento e noventa pesos; Selo de reconstrução nacional — cento e noventa pesos. Total — seis mil quinhentos quarenta e três pesos; Reg. sob o número setecentos oitenta e cinco. — Bissau, dezassete traço cinco traço setenta e seis. — (Rubricado) Oliveira.

EM TEMPO: — Cortei as palavras: os sócios desta sociedade: **entrelinhei:** «os»: **ressalvo as rasuras:** «emergente da interpretação»:

Cartório Notarial da República da Guiné-Bissau, aos dezoito de Junho de mil novecentos setenta e seis.

O Notário Público, Interino, Armando António Pereira.

Chama Olimpica via satélite

MONTREAL (AFP) — Os comités olímpicos nacionais de 16 países africanos exigiram na quinta-feira à noite, em Montreal, ao Comité Internacional Olímpico «a expulsão da Nova Zelândia dos Jogos Olímpicos devido às suas relações com a África do Sul, cuja política de «apartheid» é contrária à Carta do CIO».

Numa carta enviada à Imprensa, as 16 nações sublinham que «se o CIO não responder a este apelo humanitário, os comités olímpicos nacionais reservam-se o direito de reconsiderar a sua participação aos Jogos Olímpicos de Montreal».

Esta carta foi assinada pelos representantes de 16 países africanos e enviada a lord Killanin por Abraham Ordia (Nigéria),

presidente do Conselho Superior dos Desportos Africanos (CSSA). Os signatários indicam «lamentar dar conhecimento ao CIO da indignação de todos os desportistas, na África, perante a colaboração das autoridades desportivas da Nova-Zelândia com a África do Sul racista, não obstante a condenação de tais relações, pelo mundo inteiro».

Lembramos que o próprio CIO anulou o reconhecimento do Comité Olímpico sul-africano, devido à sua política de «apartheid» no desporto. Não temos outro recurso pacífico contra os africanos na África do Sul, senão o de convidar o CIO a proibir a Nova-Zelândia de participar nos Jogos Olímpicos de 1976».

Parece que os dirigentes desportivos africanos não conseguiram

definir uma atitude comum em relação à participação da Nova-Zelândia. Se o CIO recusar expulsar a Nova-Zelândia, o que é mais provável, cada comité olímpico nacional africano determinará individualmente a sua posição de boicotar os Jogos Olímpicos ou permanecer, contentando-se, apenas, em publicar uma declaração de princípios. Assim, indica-se de fonte bem informada, o Comité Olímpico queniano está firmemente decidido em deixar os seus atletas em Montreal.

Em compensação, a atitude da Etiópia e do Uganda são incertas. Tanto mais que nesses dois países o movimento desportivo não é verdadeiramente independente e, que em última instância, são os governos que decidem.

O movimento de protesto contra a presença nos Jogos Olímpicos da Nova-Zelândia tinha sido desencadeado a seguir a uma recomendação da Organização da Unidade Africana de boicotar a Nova-Zelândia, devido à «tourné» que a equipa nacional de «rugby», os célebres «All Blacks», faz na África do Sul, e isso apesar dos incidentes raciais de Soweto, que provocaram a morte de mais de uma centena de africanos.

O FILME DOS JOGOS

A produção do filme oficial dos Jogos Olímpicos foi confiada à organização estatal canadense, denominada Office National du Film du Canadá, estando os respectivos custos orçados em mais de um milhão de dólares.

O filme deve situar a actualidade desportiva num contexto político e sócio-cultural, enquadrando o prisma das preocupações mundiais da época e dará conta não somente dos acontecimentos de Montreal mas também dos que respeitam ao passado imediato e das perspectivas futuras.

O Serviço Nacional Canadiano responde por 25 por cento dos custos da produção, que se pretende um documento de arquivo, ao mesmo tempo, memória e testamento dos Jogos da XXI Olimpíada.

O filme será uma longa metragem a cores, com uma duração provável de duas horas, e a avaliar pela reconhecida qualidade do cinema canadense, tem todas as possibilidades de resultar num magnífico documento, quicá uma obra de arte.

OS JOGOS MODERNOS

1896 — Atenas; 1900 — Paris; 1904 — Saint Louis; 1908 — Londres; 1912 — Estocolmo; 1916 — Berlim (1); 1920 — Anvers; 1924 — Paris; 1928 — Amesterdão; 1932 — Los Angeles; 1936 — Berlim; 1940 — Helsínquia (1); 1944 — Londres (1); 1948 — Londres; 1952 — Helsínquia; 1956 — Melbourne; 1960 — Roma; 1964 — Tóquio; 1968 — México; 1972 — Munique; 1976 — Montreal; 1980 — Moscovo.

(1) — Estes jogos não se realizaram. No entanto figuram na lista oficial, o que explica que os de 1976 sejam os 21.º. Não figuram, em troca, os Jogos de 1906: eles realizaram-se em Atenas entre as terceira e quarta datas regulares.

Montreal

Canada

Olimpícos incumbe primeiro à cidade que obteve a organização.

AS INSTALAÇÕES

O parque Maisonneuve, situado na berma da rua Sherbrooke e ligada aos bairros do centro de Montreal pelo metro, será o ponto central dos Jogos. Estavam já situados no recinto do parque, a arena Maurice-Richard (seis mil espectadores), que foi aprovado pela Associação internacional de boxe amador como lugar das provas eliminatórias de boxe (as provas finais desenrolar-se-ão no Forum, que pode acolher 20 500 espectadores, es-

tádio coberto ordinariamente reservado às competições de hóquei no gelo e situado na parte oeste de Montreal) e o Centro desportivo Maisonneuve (três mil espectadores) onde realizar-se-ão as provas de luta. Terão sido construídos especialmente para os Jogos: o grande estádio (70 000 espectadores), a piscina (9000 espectadores), que pertence ao complexo do estádio, e o velódromo (7500 assentos) situado a 400 metros do estádio.

O grande estádio olímpico, elemento principal de um conjunto multifuncional, cuja forma elíptica evoca a de uma ostra gigante, conterà 55 000 lugares

em tempo normal e 70 000 para os Jogos. A sua estrutura ordena-se à volta de trinta e quatro colunas de betão armado, também elípticas, assentado sobre um só ponto de apoio. A área de competição, chamada na linguagem técnica «pelouse», pode ser coberta num quarto de hora pelo desdobramento de uma cobertura. O aproveitamento das bancadas e a disposição dos assentos permitem uma excelente visibilidade. Para salvaguardar a impressão de intimidade que deve existir entre os atletas e o público, blocos de assentos deslocam-se por pressão de ar, segundo as necessidades. O espaço próprio a ocupação é de mais de 65 000 metros quadrados: o equivalente à superfície de pavimento de um edifício de 70 andares de 930 metros quadrados cada andar.

Outro elemento do complexo do estádio: o grande mastro, que tem por primeira função apoiar os cabos do telhado amovível do estádio. É também uma torre tripode de 160 metros (18 andares) de uma superfície de 18 000 metros quadrados. Cada

andar tem a regularidade de um triângulo equilátero. 16 andares superiores estão destinados ao treino num grande número de desportos; os dois andares superiores estão reservados a restaurantes. O mastro e o telhado do estádio não estarão no entanto prontos talvez, para a abertura dos Jogos.

Último elemento do complexo, a piscina, que se encontra na base do mastro. Tabiques delgados de betão formam cúpulas hemisféricas que a recobrem. Todas as instalações regulamentares estão ao mesmo nível: piscina de competição e piscina de treino, piscina de saltos com trampolins de 3,50 metros e plataformas de voo alto de 7,50 e dez metros. A piscina é construída por três níveis principais que cobrem uma área de 15 000 metros quadrados permitindo o aproveitamento das salas de massagem e de repouso, os escritórios, os corredores, vestiários, restaurantes.

O velódromo é um edifício com múltiplas vocações. Nele se encontra uma pista de 285,74 metros para o ciclismo de competição, mas ele permite a prática de outros desportos e poderá mesmo servir para fins sócio-culturais. A arena central é utilizada para desafios de andebol, de basquete, de boxe, luta e judo. A capacidade do velódromo pode variar de sete mil a dez mil lugares. Os dispositivos de iluminação, como os da piscina, foram objecto de estudos muito profundos e são particularmente funcionais.

A ALDEIA

A cidade olímpica, destinada a alojar mais de nove mil atletas, foi construída a oitocentos metros, nos arredores do parque Maisonneuve. Será composta, uma vez terminada, de dois imóveis de forma piramidal compreendendo perto de mil alojamentos para os atletas e de um terceiro edifício que servirá para os



A vela é uma das disciplinas olímpicas

(Continua na página 6)

Santa Casa e Albergue

dio do comité de Estado do sector de Bissau.

O Lar Santa Isabel tem como património, o próprio edifício e alguns prédios no Largo dos Combatentes, cujas rendas mensais revertem a favor dos internados. A Comissão da Assistência Pública era dirigida por um Conselho Administrativo, constituído por um presidente, um vice-presidente e um secretário. O Lar fornece alimentação aos presos da Polícia e Ordem Pública e este departamento, em contrapartida, paga ao Lar, pela verba competente que tem no orçamento.

Ultimamente, com o objectivo de instalar o Commissariado da Saúde e Assuntos Sociais no prédio da Santa Casa, foi preciso reconduzir alguns mutilados que têm família, para as suas respectivas casas. Os que não possuem famílias devem passar para o Albergue de Mendicidade.

Segundo António Melício, já se pensou em dar uma nova orientação a os pensionistas. Criar uma espécie de aldeia onde haveria certas actividades: plantar frutas, criar animais. «Nesse sentido, alguns dos integrantes da Comissão procuraram e conseguiram encontrar lugares aproveitáveis. Mas isso implicaria em despesas consideráveis. O que se pretende é aproveitar esses homens e tentar aliviá-los um pouco da dependência em que se encontram».

Para reestruturar essas instituições foi elaborado um relatório administrativo que será remetido à apreciação superior, antes da publicação do orçamento ordinário para este ano. Esse relatório mostra que é importante elevar o subsídio do Governo de 110 mil pesos para 174 mil pesos. Isso, levando em consideração que o Albergue não possui receita suficiente para cobrir as suas despesas, devido à elevação do custo de vida. Possui receita suficiente para cobrir as suas despesas, devido à elevação do custo de vida.

SOLIDARIEDADE COM O POVO DA AFRICA DO SUL

A luta do povo da África do Sul foi lembrada em Bissau. Mais de 50 pessoas participaram anteontem num acto de solidariedade organizado pelo Comité de Setembro. As pessoas reuniram-se durante a noite na Associação Comercial, para ouvir a jornalista Stephanie Urdang falar sobre a situação política do seu país. Antes do início da conferência, o Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros, Joseph Turpin e o Comissário dos Correios e Telecomunicações, Fernando Fortes, recordaram as origens da luta na África do Sul.

Na abertura do acto, Fernando Fortes falou sobre a posição do Governo da Guiné-Bissau, com relação ao sistema político que vigora na África do Sul.

«Nós que lutamos pela paz e pelo progresso da humanidade, estamos e estaremos sempre ao lado dos povos que lutam pela liberdade total. É muito importante este acto de solidariedade com o povo sul-africano que, neste momento, procura conquistar a sua emancipação política, tentando destruir relações de exploração, determinadas pelo regime do «apartheid».

Antes de Stephanie Urdang começar a falar, o Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros procurou sintetizar alguns aspectos da história sul-africana. Para isso, esclareceu a situação geográfica do país e a importância dos seus recursos económicos no processo de colonização:

— A África do Sul, cujo nome verdadeiro é Azania, é um país 30 vezes maior que a Guiné-Bissau. Controla mais de metade das reservas de ouro do mundo e possui a maior quantidade de armamento bélico do continente. Actualmente é governada por Joseph Voster e o seu sistema político é determinado pelo regime do «apartheid».

Stephanie Urdang é uma jornalista sul-africana que está há dois meses em Bissau. Ela tem uma posição política clara. Condena o governo minoritário branco e as relações de exploração da sociedade sul-africana. Neste momento, em que todas as organizações progressistas do mundo condenam o governo de Voster e a prática do racismo, o acto de solidariedade tinha um significado evidente.

Na segunda quinzena de Junho, a violência racial estendeu-se a vários pontos do país, incluindo o norte e a zona urbana de Pretória, capital administrativa da África do Sul. Essa agressão foi desencadeada a partir do massacre de Soweto, um «ghetto» sul-africano com um milhão de habitantes, a 15 quilómetros de Joanesburgo.

Até agora, os conflitos raciais na África do Sul já causaram milhares de mortos e feridos e prejuízos materiais calculados em quatro milhões de dólares. As leis do regime do «apartheid» continuam em vigor. Determinam as relações sociais: o território sul-africano está dividido por raças. Os brancos são quatro milhões de habitantes que ocupam 87 por cento das terras. A população negra, 17 milhões, tem direito apenas a 13 por cento.

Todas as leis sociais são determinadas pelo «apartheid». É proibido o casamento entre negros e brancos. Os negros precisam de uma autorização especial do governo da minoria branca para deslocar-se no país. O trabalhador negro recebe um salário mensal de dez vezes inferior ao do branco no exercício das mesmas funções. O estudante branco tem direito a uma despesa anual de 500 dólares e o negro de apenas 60 dólares.

Em Joanesburgo existe uma escola para cada 1 300 famílias brancas, os negros possuem o mesmo para cada 16 000 famílias. Nos últimos 16 anos, mais de dez milhões de negros foram presos. Motivo: não tinham passaporte ou ficaram nas cidades brancas um período de tempo que ultrapassa as 72 horas consecutivas, permitidas legalmente.

Stephanie Urdang falou sobre isso. Explicou a importância da estrutura económica nas relações de exploração. E lembrou a luta actual do povo sul-africano. «Neste momento aumenta a resistência negra e, conseqüentemente, o número de leis para oprimir os negros. A repressão é uma decorrência da situação política. A vitória da FRELIMO e do MPLA tiveram grandes reflexos no interior do país. Acentuaram as contradições internas e incentivaram a luta armada».

— O Congresso Nacional Africano é um partido político que agora está na ilegalidade. Defende a luta armada como única forma de conquistar a liberdade. O massacre de Soweto tem para nós o mesmo sentido do massacre de Pidjguiti, em Bissau. Foi um marco decisivo na luta de libertação. Agora a situação

está mais clara. O povo abandonou as soluções pacíficas, sabe que o único caminho possível é a luta armada.

XXI Olimpíada

(Continuação das centrais)

serviços comuns. Depois dos Jogos, os alojamentos serão alugados ou vendidos. O edifício que alberga os serviços será convertido em residência para pessoas idosas.

Vários tipos de apartamento estão postos à disposição dos atletas: apartamentos colectivos construídos para seis, doze ou dezasseis pessoas, que oferecem aliás possibilidades de transformações, e estúdios que também apresentam diferentes possibilidades de aproveitamento. Um certo número de inovações devem assinalar-se: aldeia única para homens e mulheres, alojamento de várias delegações num mesmo edifício e num só andar, centralização dos secretariados de delegação e dos serviços anexos, ementa internacional, programas de actividade ao ar livre.

A aldeia olímpica será confortável e calorosa: não será preciso que o atleta recolha ao quarto, mas ao contrário, ele pode encontrar, cada vez que necessitar, uma ocupação adaptada aos seus gostos. No entanto, a aldeia não será luxuosa. Os atletas serão calorosamente acolhidos, beneficiarão de serviços sem falta e de um conforto excepcional, terão à sua disposição grandes espaços verdes, mas não encontrarão nem fausto nem magnificência. A aldeia olímpica de Montreal alojará sob o signo da juventude e da simplicidade.

ALOJAMENTO

O governo provincial de Quebec criou um organismo público, Héquo 76, que dirige o sector de alojamento durante o período que vai de um de Maio até 31 de Agosto. Héquo 76 tem por missão encontrar um lugar conveniente aos visitantes que ou na proximidade, por ocasião dos Jogos. Ele exerce também a regulamentação da publicidade e das tarifas de arrendamento. Aos 100 mil visitantes diários vindos de todos os cantos do mundo para assistir aos 21.º Jogos, serão propostos seis modos diferentes de alojamento: hotéis e motéis, residências universitárias, quarto na casa dos habitantes (30 000), «casas de quartos» (residências para turistas compostas de quartos e de instalações sanitárias comuns, que oferecem por vezes a vantagem de uma pequena cozinha), albergues de jovens e, nos arredores de Montreal, terrenos de campismo e caravanagem situados perto dos grandes eixos rodoviários. Isso requer uma forte organização. Os Jogos são um acontecimento turístico quase tanto como um acontecimento desportivo.

Silo Diata transporta alunos da Escola Vitorino Costa

Foi assinado um contrato entre o Commissariado da Educação e Cultura e a empresa Siló Diata para o transporte de alunos da Escola Técnica «Vitorino Costa», durante 30 dias, todos os dias, úteis a partir de 15 deste mês até seis de Setembro. No fim do período estipulado no acordo o Estado compromete-se a pagar 30 mil pesos à empresa pelo serviço feito.

Esta decisão foi tomada unicamente para facilitar a deslocação de cerca de 360 alunos daquela escola, a cinco quilómetros da cidade. Nos últimos dias do terceiro período escolar, a Educação não pode garantir transporte a esses alunos. Só uma carrinha faz o transporte e não consegue levar todos os alunos a tempo de assistirem o início das aulas.

Os alunos viajarão quatro vezes por dia, sem pagar duas de manhã e duas à tarde mediante a apresentação de uma senha assinada pela direcção da empresa Siló Diata. «Ainda temos problemas a regularizar com a empresa sobre os horários das carreiras dos autocarrões», afirmou o director da escola, Agnelo Embaló.

PEQUENOS ANUNCIOS

AVISO

A firma comercial «Barbosa e Comandita» dá a conhecer ao público que por se encontrar em transacção com o Estado quanto à sua actividade, vai cessar esta.

AGRADECIMENTO

Aldonça Pereira de Borja, Olga Pereira de Borja, Luísa Pereira de Borja, António Pereira de Borja, Luísa Pereira de Borja e Paulo Pereira de Borja, sobrinhos, netos e bisnetos, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que os acompanharam no trágico acontecimento da morte de Vitória Lopes, mais conhecida por Salla.

AVISO

Roga-se aos herdeiros de Pedro Tavares de Andrade que entrem em contacto dentro do prazo de 30 dias, a partir da data desta publicação, com Hipólito Olímpio de Andrade, filho legítimo de Pedro Tavares de Andrade, residente em Lisboa, Rua: Ricardo Espírito Santo, n.º 6-2.º-B — Lisboa 3, para efeito de Escritura de Habilitação Notarial por óbito do mesmo que faleceu em 2 de Março deste ano.

VENDE-SE

Um Peugeot 204 em óptimo estado. Tratar com João Ribeiro ou pelo telefone 2377, durante as horas do expediente.

VENDE-SE

Camião a gasol marca Austin, em bom estado de funcionamento. Tratar pelo telefone 3537.

AVISO

O Commissariado de Estado da Justiça faz saber que durante as férias judiciais que decorrem de 10 de Agosto a 30 de Setembro, as Comissões Liquidatárias não atenderão o público.

DOS LEITORES

Quem controla os preços?

«Em diversos países está a tornar-se corrente a especulação nos preços. Isso também se verifica aqui. O desequilíbrio entre o ordenado médio e o preço das mercadorias, sem falar nas rendas de casa, é grande. A que deve este fenómeno e que medidas concretas foram tomadas contra a especulação?»

É claro que numa fase de reconstrução nacional existem muitas dificuldades económicas, mas para participar também é necessário ter um ordenado compatível com as despesas. Como pagar a renda de casa, alimentação e vestuário? Para desenvolver a Economia é preciso ter condições mínimas de sobrevivência.

O preço das mercadorias aumenta dia a dia. Uma mercadoria chega hoje tem um preço. Se tiver muita saída, amanhã já tem outro, assim sucessivamente. Há tempos tinha sido criada uma comissão nacional para controlar os preços. Onde está essa comissão? Já entrou em actividade? Quando entrará? Como pode resolver o problema?

Se temos o dever de conhecer as realidades da nossa terra, está é uma delas. Um esclarecimento sobre este assunto deverá satisfazer a curiosidade de muitas pessoas. Seria importante responder porque existe especulação nos preços.»

Inaugurada linha férrea Tanzânia Zâmbia

KAPIRI MPOSHI — Zâmbia — (AFP) — O Presidente Kenneth Kaunda, declarou na quarta-feira que os povos da Zâmbia e da Tanzânia «não permitiriam, fosse a que título fosse, que cortassem os 1860 quilómetros de caminho de ferro que liga os dois países».

O presidente zambiano fez esta declaração na cidade fronteiriça de Kapiri Mposhi, durante uma cerimónia de inauguração desta via, construída pela China Popular, e que liga a Zâmbia ao seu vizinho do Norte, a Tanzânia. O chefe de Estado zambiano pediu, além disso, aos outros países limítrofes, entre os quais Zaire, Botswana e Moçambique para protegerem esta rede de caminho de ferro.

O Presidente Julius Nyerere da Tanzânia, que estava presente em Kapiri Mposhi, lançou um apelo aos regimes minoritários da África Austral para entregarem o poder à maioria africana, se não querem ver o aumento da guerra de libertação nacional nessa região.

Etiópia: 19 execuções por crimes contra o Estado e por sabotagem económica

ADDIS ABEBA (AFP) — A execução na Etiópia de 19 contra-revolucionários acusados de tentativa de golpe de Estado ou de sabotagem económica, ilustra as dificuldades tanto políticas como económicas em que se debatem as autoridades militares etiópicas, estimam os observadores em Addis Abeba.

Dez pessoas, entre as quais dois altos responsáveis militares foram mortos por tentativa de golpe de Estado, conspiração, ou venda de documentos secretos ao estrangeiro, e outras nove por sabotagem económica.

No plano político, e ainda segundo os observadores, estas execuções revelam algumas divergências não apenas no Conselho Administrativo Provisório (Derg), que dirige o país, mas também no interior do exército. Dois membros do Derg, um dos quais dos mais importantes, o major Sisay Habte, um terceiro, o major Kiros Alemay, foi preso para interrogatório. Os observadores não hesitam em empregar a palavra «depuração».

O major Sisay Habte, oficial do exército do ar, era tido como a

terceira personalidade do regime depois dos primeiros e segundo vice-presidente do Derg, respectivamente o major Haile Marvam, o «homem forte» do regime, e o tenente-coronel Atnafu Abate.

O presidente do comité político e dos Negócios Estrangeiros do Derg, o major Sisay, era considerado por outro lado como um dos artesãos da política estrangeira etíope. Era tido também como um dos iniciadores do plano de paz com o fim de resolver pacificamente a rebelião eritreia. Foi ele que teria iniciado negociações com vários movimentos separatistas da Eritreia.

O major Sisay era considerado selheiros mais escutados no seio do Derg em matéria da política interna. Ele não foi apenas acusado de tentativa de golpe de Estado e de cumplicidade com o imperialismo, mas igualmente de ter aconselhado mal os dirigentes militares e de ter tentado dividir as forças armadas. Quanto ao general Getachew Nedeu, os observadores lembram que ele tinha sido um dos únicos generais do antigo regime a escapar, depois da queda do regime, à execução, à reforma compulsiva.

Foi ele que na qualidade de administrador da lei marcial e comandante em chefe das forças armadas na Eritreia, dirigia todas as operações nesta província do país dominado pela rebelião. Segundo o acto de acusação lida na rádio, o general «traiu» as suas responsabilidades assim como a confiança das autoridades pela sua atitude favorável ao antigo regime.

Com a sua morte, somada à do major Sisay, os observadores estão cépticos quanto ao fim próximo da questão da Eritreia. No plano económico, estas execuções constituem um severo aviso aos especuladores e aos oportunistas, e revelam igualmente dificuldades económicas que o país atravessa, estimam os observadores. As informações recentes chegadas a Addis Abeba dos campos, referem-se a sabotagens económicas e vários responsáveis do ministério da Agricultura e dos Recursos Nacionais foram recentemente postos em causa.

O abastecimento da capital e de algumas cidades (em alimentos), indicam por outro lado os observadores terão muitas dificuldades. Os camponeses teriam sido pania hesitam em assegurar os transportes do campo para a cidade e os comerciantes em comprar e vender devido a medidas resilição dos produtos de base.

Finalmente, os observadores trívicos que regulam a comercial, sublinharam que a declaração lida na terça-feira passada de manhã na rádio referiu-se ao Chile, lembrando a queda de Salvador Allende e que sublinhou que «os imperialistas estavam dispostos a tudo para destruir os governos progressistas e revolucionários».

Sudão: 700 mortos na intentona

CARTUM (AFP) — O Presidente Gaafar El Nimeiry anunciou no domingo passado que mais de 700 participantes na tentativa de golpe de Estado da semana passada foram mortos e que mais 300 outros foram presos.

O Presidente Nimeiry, que se dirigia a um grupo de polícias depois de ter inspeccionado os locais danificados de vários departamentos da polícia, precisou que todas as armas e veículos utilizados pelos golpistas foram destruídos.

O último balanço oficial da insurreição indicava sessenta e sete mortos entre os militares e dezasseis entre os polícias.

Estima-se em Cartum que um grande número de civis teria perecido nos numerosos incêndios provocados pelos rebeldes.

KEREKOU NA CHINA

PEQUIM (AFP) — Mathieu Kerekou, Presidente da República Popular do Benin, que chegou na quinta-feira a Pequim em visita oficial de seis dias à China, é acompanhado de vários ministros e dirigentes do Partido da Revolução Popular do Benin nomeadamente, do ministro dos Negócios Estrangeiros.

Terá, durante a sua estadia, várias conversações com o primeiro-ministro, Hua Kou-Feng, e dirigentes chineses, sobre a cooperação entre os dois países e a situação internacional.

As conversações começaram na quinta-feira à tarde. Nesse dia à noite, a delegação do Benin foi homenageada com um grande banquete oferecido em sua honra pelos dirigentes chineses, no Palácio do Povo, à entrada de Pequim.

O programa de visita à China do Presidente Kerekou não foi ainda tornado público mas deverá deixar amanhã ou depois Pequim para uma estadia na província.

E.U.A.: Jimmy Carter candidato democrata

NOVA YORK (AFP) — Jimmy Carter designado candidato democrata às eleições presidenciais, sendo nomeado por unanimidade dos 3008 delegados, pela convenção do Partido, na quarta-feira, em Nova York.

Jimmy Carter fará campanha contra o candidato republicano, que será designado na convenção de Kansas City a 26 de Agosto; o Presidente Gerald Ford ou o antigo governador da Califórnia, Ronald Reagan.

No fim da primeira volta do escrutínio, Carter tinha já ultrapassado a barreira dos 1505 delegados que lhe asseguraram a maioria absoluta. Desde o apelo de Ohio, 38.º estado na lista alfabética, o

plantador de amendoins de Geórgia tomou-se o candidato oficial democrata.

A convenção foi totalmente controlada, desde o seu início, pelo verdadeiro «rolo compressor» de Jimmy Carter. Não se exprimiu nenhuma voz discordante, todos os antigos concorrentes de Carter, asseguraram publicamente o seu apoio ao eleito do Partido.

Mesmo o senador Edward Kennedy cuja ausência na convenção tinha sido abundantemente comentada, tomou lugar por um momento no seio da delegação de Massachusetts para anunciar que apoiaria a candidatura do georgiano.

Portugal-Sindicatos preparam diálogo com o novo governo

LISBOA (AFP) — Delegados de cem sindicatos representando mais de um milhão de trabalhadores portugueses, reuniram-se, em Lisboa, por iniciativa da Intersindical para preparar o diálogo com o primeiro governo constitucional que deverá ser formado na próxima semana.

Durante esta assembleia, que reuniu sindicatos ligados à Intersindical e sindicatos independentes, foi decidido criar uma comissão encarregada de travar o diálogo prometido pelo futuro primeiro-ministro, Mário Soares.

«Os trabalhadores estão, de facto, interessados de maneira vital em ver se o governo, que será formado, respeita os seus direitos, consignados na Constituição, ouve as suas opiniões e goza da sua confiança, sem a qual não poderá contar com o seu apoio activo», declara um dos textos elaborados.

Para mostrar já o que não deve ser feito, e à maneira de advertên-

cia, o movimento sindical decidiu contestar certas medidas tomadas pelo futuro sexto governo, que classificou de «legislação anti-popular e anti-constitucional» e que diz respeito aos licenciamentos, reduções de tempo de trabalho e o controle operário.

Estas decisões, sublinham os sindicatos, foram tomadas depois da entrada em vigor da Constituição e em contradição com ela. Trata-se de um decreto-lei prevendo a legislação dos licenciamentos praticados entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Abril de 1976.

«Pretende-se assim reintegrar os antigos agentes da Pide, os antigos legionários nas empresas, sob pretexto que a Constituição proíbe os licenciamentos por motivos políticos e ideológicos», considera a Intersindical.

Outro ponto de fricção que terá, de certeza, consequências: o de-

creto-lei sobre o controle operário aprovado pelo último Conselho de ministros sem consulta dos trabalhadores e sem a discussão perante a Assembleia da República. O Partido Comunista, e os sindicatos consideram o texto como inaceitável e vazio de conteúdo.

Pedem, pois, uma declaração de inconstitucionalidade que será da competência do Conselho da Revolução e da comissão constitucional presidida pelo major Melo Antunes.

Num plano puramente reivindicativo, os Sindicatos exigem um aumento do salário mínimo de 4000 a 5000 escudos a partir do último primeiro de Julho, assim como o bloqueio dos preços dos artigos de primeira necessidade no momento em que a penúria e os aumentos do preço do petróleo, da gasolina e do gás devem vir a reflectir-se nos preços.

AGRESSÃO A ENTEBE NO CONSELHO DE SEGURANÇA

NOVA YORK (TASS) — O Conselho de Segurança da ONU reuniu-se, em Nova York, para examinar a queixa da Organização da Unidade Africana contra Israel, que cometeu um acto de agressão contra o Uganda, estado soberano. O ataque bárbaro dos militaristas israelitas sobre o aeroporto de Entebe, na capital ugandesa, que colocou em perigo a paz e segurança internacionais, só pôde provocar a indignação dos povos, declarou o representante da Guiné. Kharlamov, representante da União Soviética, sublinhou que esta aventura armada de Israel constitui uma violação flagrante da Carta da ONU, das normas e princípios do Direito Internacional. Outros oradores condenaram igualmente este acto de agressão cometido por Telavive. Por outro lado, representantes de certas potências ocidentais tentaram defender os agressores israelitas, e justificaram os seus actos que custaram a vida a dezenas de pessoas inocentes.

APARÍCIO MENDEZ PRESIDENTE URUGUAI

MONTEVIDEU (AFP) — Aparicio Mendez foi eleito na quarta-feira à noite Presidente do Uruguai pelos militares e civis do Conselho da Nação. Jurista e membro do Partido «Branco» (conservador), Mendez aderiu ao regime actual desde o golpe de estado de 1973 e foi Presidente do Conselho de Estado que substituiu o antigo parlamento.

OPERAÇÃO «SHAEL VERDE»

N'DJAMENA (AFP) — 400 voluntários do Níger, Tunísia, Camarões, República Centro-Africana e do Tchad participam desde quinta-feira, e até 15 de Agosto, na operação «Sahel Verde» na região de Massaget (a 100 quilómetros a este de N'Djamena), perto do lago Tchad. Esta operação de reflorestação é destinada a lutar contra a desertificação nas zonas sahelianas atingidas pela seca. Estes voluntários repovoarão, assim, 300 hectares de plantações e assegurarão a protecção de 4800 hectares de terreno de cultura.

PORTUGAL: ADVOGADOS ANTI-FASCISTAS

LISBOA (AFP) — Acabou de ser criado um «Movimento Unitário dos Magistrados Anti-Fascistas», tendo em vista, «defender o progresso revolucionário e as conquistas dos trabalhadores já consignados na Constituição». O Movimento propõe-se reunir o maior número de magistrados para «a luta a favor da construção de uma sociedade mais justa, liberta da exploração capitalista». Entende fazer pressão para «denunciar todos os atentados que começam a ser lançados às disposições constitucionais pela obliquidade dos textos de lei que os esvaziam do seu conteúdo, como muito recentemente o caso do controle operário da gestão de empresas».

REFORMA EM ESPANHA DO CÓDIGO PENAL

MADRID (AFP) — Apesar de uma forte oposição da direita do «Bunker», as cortes aprovaram, na quarta-feira, o projecto governamental de reformas ao Código Penal, que permite examinar num futuro ainda imprevisível uma legalização do Partido Comunista Espanhol. O projecto, aprovado por 175 votos contra 75 abstenções, corresponde, em grande, aos desejos do rei e do governo de Adolfo Suarez. Os procuradores adoptaram o total do projecto após terem mantido no texto por definir os partidos excluídos das novas disposições, e atingindo as novas penas previstas para associações ilícitas: Só são excluídas, futuramente, as associações políticas «que, obedecendo a uma disciplina internacional, visam implantar um sistema totalitário».

O desemprego nos E.U.A.

NOVA-YORK (TASS) — O veto oposto pelo Presidente dos Estados Unidos ao projecto de lei sobre a concessão de 3,9 bilhões de dólares à realização do programa dos trabalhos públicos, suscitou o descontentamento da população. O «New York Post» escreveu que «esta medida é um golpe cruel desferido a milhares de desempregados». Segundo o jornal, esta decisão é um «veto oposto às esperanças das pessoas». Bella Abzug, membro da Câmara dos Representantes, estimou que esta medida traduz a intenção da Casa Branca de manter o desemprego nos Estados Unidos. O Presidente da Câmara de Nova York, Abraham Bim, declarou que o veto «ilude as esperanças das cidades tocadas pela crise e as massas de desempregados que as habitam». Kenneth Gibson, Presidente da Câmara de Newark (Nova Jersey) protestou igualmente contra o veto presidencial que, segundo ele, teria sido adoptado apesar da posição assumida pela conferência dos Presidentes de Câmara das cidades americanas que se pronunciaram a favor do projecto de lei sobre a concessão de 3,9 bilhões de dólares para o programa dos trabalhos públicos: Numerosos sindicatos denunciaram o veto em termos vigorosos. Segundo as últimas estatísticas oficiais, depois de um breve intervalo durante o qual viu-se decrescer a taxa do desemprego, ela começou a aumentar para em Junho, atingir sete e meio por cento de toda a mão de obra.

Segundo os economistas dos sindicatos, as cifras reais do desemprego são muito superiores às estatísticas oficiais. A central sindical AFL-CIO afirmou que há actualmente dez milhões de desempregados nos Estados Unidos.

Libia: As tropas sírias prosseguem a intervenção

PARIS (AFP) — O Líbano teve ontem um dia relativamente calmo, mas à noite as estações de rádio das partes em conflito noticiaram reencontros mais ou menos violentos na maior parte dos tradicionais pontos quentes.

As forças sírias, que na quarta-feira passada abandonaram algumas das suas posições no sul do país, reforçaram em compensação na quinta-feira os seus pontos no sudoeste: no vale da Bekaa, tomando, depois de quatro dias de combates sangrentos, o controle da cidade.

Ao norte, a cidade de Trípoli teria, segundo a rádio palestina, sido bombardeada com morteiro pelas forças sírias e conservadoras que a cercam. A rádio falangista relata, quanto a ela, uma progressão síria na estrada Beirut-Damasco. Damasco, onde o líder palestino Yasser Arafat, não irá, como tinha combinado com os dirigentes sírios, depois da reunião extraordinária do conselho da Liga Árabe.

Os palestinos - progressistas colocam três condições para uma eventual reconciliação com os sírios: a retirada das tropas sírias do Líbano, o levantamento do bloqueio das regiões que elas

NOVO PRESIDENTE PORTUGUES RESPEITARA A CONSTITUIÇÃO

LISBOA (AFP) — O general António Ramalho Eanes prestou juramento, na quarta-feira como novo Presidente de Portugal, e prometeu «assegurar ao governo a autoridade e a eficácia necessárias para responder às esperanças de um povo cansado de viver num país provisório e continuamente em sobressalto».

O general Francisco da Costa Gomes, Presidente cessante e de futuro na reserva, à civil sentou-se por baixo da tribuna decorada de gládios, onde estavam o general Eanes e o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes (socialista).

No seu discurso, o general Eanes, aplaudido pelos partidos da «maioria presidencial», afirmou que «a Constituição incarna as conquistas revolucionárias prometidas pelo 25 de Abril e consagra a eliminação dos golpes e da anarquia, às quais o 25 de Novembro pôs termo».

«Nenhuma tentativa de criação de poderes paralelos, baseadas em actividades de carácter irracional será tolerada. A oposição deve ter um lugar e uma voz, mas deve constituir uma alternativa real e não um simples exercício de querelas partidárias».

O Presidente sublinhou a gravidade da situação económica cuja «reparação passa por uma política de austeridade». Entretanto, «esta reparação não será em nenhum caso em detrimento dos interesses legítimos dos trabalhadores».

O general Ramalho Eanes foi eleito Presidente da República a 27 de Junho último. A sua ascensão política provém de 25 de Novembro de 75, data da sublevação dos paraquedistas de Tancos. Foi esta atitude que lhe valeu ser nomeado, a seis de Dezembro, chefe

de Estado-Maior do Exército, com o posto de general.

Com a idade de 41 anos, discreto, pouco eloquente e pouco sorridente, incarna muito bem, em Portugal, a anti-vedeta. Rígido, legalista, estimado nos meios militares, é dificilmente situável no tabuleiro político. Dizem que é próximo do major Melo Antunes, mas goza também do apoio dos militares operacionais (conservadores).

Antes de subir os escalões da hierarquia militar, o general Eanes, que seguiu cursos de instrutor de Educação Física, guerra subversiva e de acção psicológica efectuou longas missões nas antigas colónias portuguesas. Em 1973, manifestou a sua oposição ao regime, acerca da realização de um congresso dos antigos combatentes, organizado no Porto.

Em missão em Angola quando do golpe de estado dos capitães, foi nomeado depois de Abril de 1974, presidente do conselho da administração da Televisão. Acusado de ter participado na tentativa de golpe spinolista, deixou esse posto aguardando os resultados do inquérito, que iria defendê-lo.

Na altura da sublevação dos paraquedistas de Tancos, o general Eanes tinha estabelecido um Estado-Maior paralelo. Na Base

Guiné condecoração ao embaixador da França

DAKAR (AFP) — André Levin, embaixador da França na Guiné, foi condecorado com as insígnias de oficial da Ordem Nacional guineense, por Sekou Touré, Presidente da República da Guiné, noticiou a Rádio-Conakry.

O Chefe de Estado guineense escolheu a data de 14 de Julho, festa nacional francesa e aniversário da reconciliação franco-guineense, para condecorar Levin.

Esta honra tinha-lhe sido atribuída pelo Comité Central do PDG em Novembro último «em sinal de reconhecimento pelo papel difícil que desempenhou enquanto secretário-geral adjunto das Nações Unidas, para conduzir a França e a Guiné a reconsiderarem as suas posições, e acabando numa cooperação fraternal».

Depois de ter longamente exaltado a revolução francesa de 1789, Sekou Touré recordou as diferentes etapas da reconciliação e, muito em especial, a troca de delegações entre os dois países.

A cerimónia, que se revestiu de grande solenidade, desenrolou-se na presença dos embaixadores acreditados na Guiné e dos principais quadros do Partido e do Estado guineenses, actualmente reunidos, em Conakry, em Conselho Nacional.

dos Comandos da Amadora, onde só esperava o antigo ministro da Defesa do ex-general António de Spínola, o tenente-coronel Firmino Miguel.

20 vezes citado, cinco vezes condecorado, o general Eanes é, antes de tudo, um militar profissional. É casado e pai de um rapaz.

O Conselho da Revolução reuniu-se na quarta-feira à noite, pouco depois da investidura oficial do general Eanes.

Conforme a Constituição, o novo Presidente consultou os conselheiros da Revolução, antes de designar o primeiro-ministro. Uma nomeação sem surpresa, deve ser a de Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista Português.

O Conselho da Revolução, de futuro presidido pelo general Ramalho Eanes, felicitou, além disso, o novo Presidente e decidiu nomeá-lo chefe de Estado-Maior das Forças Armadas.

Africa do Sul: milhares de presos nas cadeias

ROMA (AFP) — Mais de 500 mil homens, na maioria de raça negra, estão presos nas prisões sul-africanas, «a maior parte por violação às leis sobre o «apartheid», afirmou, em Roma, Reginald September, representante do «Congresso Nacional Africano» (ANC) para a Europa Ocidental. September considera em cerca de 2 mil o número de «verdadeiros» presos políticos na África do Sul, e que a única possibilidade de pôr fim ao regime racista de Pretória era a luta armada. «Não há alternativa, essa luta será dura mas poderá ter um resultado imprevisível mais rápido do que geralmente se pensa».

ASSISTÊNCIA À MODA RACISTA

MAPUTO (TASS) — Os opressores brancos da África do Sul ignoram inteiramente a questão da protecção da saúde dos 4,5 milhões de operários africanos do país, o que provoca numerosos casos de doenças profissionais. Esta conclusão foi tirada pela comissão oficial de protecção do trabalho que submeteu o seu relatório ao exame do Parlamento daquele país.

Este documento detalhado reconhece que a exploração da mão de obra a baixo preço dos africanos assegura benefícios imensos aos monopólios sul-africanos. Entretanto a organização da protecção ao trabalho na RSA «é muito pior que no estrangeiro». É assim que nas minas de urânio «o nível de radioactividade é bastante grande e as medidas de segurança são tão ineficazes que os casos de morte dos mineiros africanos por doenças cancerosas tornaram-se massivos».

Nas minas de ouro, de platina, de cobalto e de zinco, a maioria dos operários sofre de silicose.

A comissão notou igualmente que a maior parte das grandes empresas não aplicam nenhuma medida de protecção ao ambiente, em razão do que a poluição nas fábricas das empresas e nas cidades africanas vizinhas atingiu «uma escala que ameaça a saúde humana».

SUDÃO RETIRA QUEIXA CONTRA A LÍBIA

KARTUM (AFP) — O Sudão retirou a queixa que tinha depositado no Conselho de Segurança da ONU contra a Líbia. Nessa queixa, o Sudão acusava a Líbia de ter financiado e preparado a tentativa de golpe de estado a semana passada. Um comunicado do Ministério sudanês dos Negócios Estrangeiros anuncia que essa retirada foi decidida em resposta aos numerosos pedidos feitos nesse sentido pelos países irmãos e amigos dos grupos africanos e árabes, tanto da ONU, como da OUA e da Liga Árabe.

NOVOS TREMORES DE TERRA NA ÁSIA CENTRAL

MOSCOVO (AFP) — Produziu-se novamente na Ásia Central Soviética um tremor de terra de intensidade cinco na escala internacional, anunciou a agência Tass. A agência soviética precisa que o tremor, tinha o seu epicentro na cidade de Tachkent, mas que não há destruições. Já tiveram lugar na região dois tremores de intensidade nove e cinco. O primeiro tinha destruído a cidade de Gazli, provocando seis mortos, enquanto o segundo tinha destruído numerosas casas antigas da cidade de Boukhara. A Imprensa tinha assinalado que havia abalos quase diários na região de Gazli.

P.S. ITALIANO: NOVO SECRETÁRIO-GERAL

ROMA (AFP) — Bettino Craxi foi eleito secretário-geral do Partido Socialista Italiano. Craxi sucede a Francesco de Martino, que se demitiu na terça-feira.

ÁFRICA DO SUL: NOVA LEI CONTRA A LIBERDADE

PRETÓRIA (AFP) — As autoridades sul-africanas anunciaram uma série de medidas de segurança draconianas, devido ao prosseguimento da agitação na cidade de Soweto, perto de Joanesburgo, e nas outras aglomerações. Numa declaração pronunciada em Pretória, o ministro racista da Justiça e da Polícia, Jimmy Kruger, adiou «sine die» a reabertura de todas as escolas para africanos, prevista para o 20 de Julho. Proibia, por outro lado, todos os ajuntamentos públicos até nova ordem e pôs em vigor, com efeito imediato, a lei sobre a segurança interna, que prevê a detenção ilimitada, sem julgamento, de pessoas que colocam em perigo a «ordem pública».

DELEGAÇÃO DO M.P.L.A. ESTEVE EM LISBOA

Esteve em Lisboa uma delegação do MPLA, chefiada por Paulo Jorge, adjunto da Presidência da República Popular de Angola, e composta por mais cinco elementos. A delegação avistouse com as autoridades portuguesas, entre as quais, o ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, para discutirem problemas relacionados com o contencioso existente entre Portugal e Angola.